

Ata n.º 14
Sessão Extraordinária

Ao décimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Belas, sito na Rua Eduardo Ferreira Pinto Basto, n.º 4, em Belas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em Sessão Extraordinária convocada pelo seu Presidente, Manuel Frederico, com a seguinte Ordem do Dia:-----

1. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a adenda ao Protocolo entre a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e a União das Freguesias de Queluz e Belas de “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações mínimas” conforme Despacho n.º 12230/2022 de 19 de outubro e Declaração de Retificação n.º 903-A/2022 de 26 de outubro;-----
2. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o contrato interadministrativo entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas para atribuição de apoio às Freguesias e União das Freguesias, no âmbito da ação social;-----
3. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o contrato interadministrativo entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da Gestão e Conservação dos Espaços Públicos, sobre a minuta de celebração do respetivo contrato interadministrativo, bem como sobre a concretização de transferência de verba;-----
4. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de Autorizar a celebração de um contrato interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito do “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado”;-----
5. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a minuta de aditamento ao Auto de Transferência de Recursos n.º 632/2020, e respetiva proposta, celebrado entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da competência “Gestão e Manutenção de Espaços Verdes”, com a atualização do valor de 20%;-----
6. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de Deliberar sobre a concessão de apoios, nos termos constantes das minutas de Contrato Interadministrativo, a celebrar entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas;-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

7. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Oculista Central de Queluz;-----
8. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Olhar Definido, Óptica e Serviços, Lda.;-----
9. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e a Arte de Aprender;-----
10. Apreciar e votar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão Orçamental do ano de 2023 com Integração do Saldo da Gerência 2022;-----
11. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião.-----

Estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes das respetivas listas de presença que se anexam à presente ata. (Anexo 1)-----

O Presidente da Mesa da Assembleia cumprimenta todos os presentes e dá a palavra ao 1º Secretário para dar conhecimento dos pedidos de substituição.-----

O Vogal Paulo Borges (1º Secretário) cumprimenta todos os presentes e dá conhecimento dos pedidos de substituição que fizeram chegar à Mesa:-----

- da bancada do PS, a Vogal Simone Maciel não pôde comparecer e foi convocada a Vogal Ana Catarina Lalanda que não pôde comparecer, tendo sido convocado o Vogal Arsénio Nunes que se encontra presente;
- da bancada do PS, a Vogal Tatiana Penedo não pôde comparecer e foi convocada a Vogal Carolina Ribeiro que se encontra presente;-----
- da bancada do CDS, o Vogal Silvino Rodrigues não pôde comparecer e foi convocado o Vogal José Ferreira que não pôde comparecer, tendo sido convocado o Vogal Luís Seixas que se encontra presente;-----
- da bancada da IL, o Vogal Pedro Rola não pôde comparecer e foi convocado o Vogal João carvalho que se encontra presente;-----
- da bancada do CH, o Vogal Carlos Fernandes não pôde comparecer e foram convocados os vogais Paulo Campos e Susana Antunes que por sua vez também pediram a respetiva substituição. Por fim, foi convocado o Vogal Paulo Torres que se encontra presente.-----
- a vogal Ana Brinco não pôde comparecer.-----

Devido à ausência da 2ª Secretária, o Presidente da Mesa solicita à bancada do PS indicação do(a) vogal em sua substituição para a Mesa da Assembleia.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) cumprimenta todos os presentes e informa que o Partido Socialista indica para a Mesa a Vogal Vanessa Diniz.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Presidente da Mesa passa ao expediente, dando conhecimento que recebeu um e-mail remetido pela Vogal Cláudia Nunes da Iniciativa Liberal que diz o seguinte: “Venho pelo presente apresentar a minha renúncia ao lugar de substituição do grupo político da Iniciativa Liberal desta assembleia, a qual tem efeitos imediatos”.

Recebeu ainda um e-mail remetido pela Vogal Ana Brinco da bancada do CDS, com a seguinte informação: “Tendo sido eleita pela Coligação Vamos Curar Sintra para o quadriénio 2021/2025, vem a Signatária comunicar a V. Exa., que a partir desta data, exercerá o mandato para que foi eleita de forma independente, deixando, por isso, de estar vinculada à citada coligação”.

Aproveita ainda para informar que a sessão da próxima assembleia irá realizar-se ainda no corrente mês, provavelmente no dia 26 e que já recebeu o parecer emitido pela ANAFRE relativamente ao pedido da emissão de um parecer jurídico sobre as substituições nas sessões de continuidade. Oportunamente irá enviar o respetivo parecer para todos os vogais de forma a tomarem conhecimento do mesmo.

De seguida, passa à leitura da convocatória da sessão. Finda a leitura, dá a palavra à Vogal Helena Freitas.

A Vogal Helena Freitas (CDU) cumprimenta todos os presentes e declara que a bancada da CDU queria propor a retirada do ponto 6 da Ordem de Trabalhos uma vez que julgam que para melhor apreciação da proposta deveriam ter as propostas que são consideradas, portanto, estão nomeadas todas as propostas de atividades à qual vai ser atribuído o valor do PRR, mas não têm conhecimento que propostas são e qual o conteúdo. Solicitam a retirada deste ponto para vir na próxima assembleia com a descrição das propostas.

O Presidente da Mesa solicita à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas que se pronuncie sobre o respetivo pedido.

A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas cumprimenta todos os presentes e deixa um agradecimento sempre muito especial à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas por os deixarem, mais uma vez, fazer aqui esta Assembleia de Freguesia que a torna muito digna ao ser feitas nestas instalações.

Relativamente ao solicitado pela senhora Vogal Helena Freitas, não tem problema em retirar o ponto da Ordem de Trabalhos, mas estes projetos já foram aqui objeto de bastante apreciação em reuniões anteriores nomeadamente nas últimas quando fizeram a revisão orçamental. Antes disso, numa outra assembleia, já tinha dito quais eram os projetos que iam ser executados e também nessa altura foi falado porque veio à 2ª Revisão Orçamental verba para incluir um dos projetos em causa por que não sabiam se iria ser ainda concretizado em 2022 ou só em 2023, mas inicialmente o projeto estava previsto iniciar-se em 2022. Não há qualquer problema em retirar o ponto e virá na próxima assembleia.

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que a bancada da CDU queria solicitar que os documentos onde constam os programas dos projetos que estão mencionados neste ponto sejam depois distribuídos por todas as bancadas para que todos possam apreciar. Recordar-se de se falar de um campo de padel, mas são seis projetos e não se recorda de nenhum dos outros.

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa refere que uma vez que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas não se opõe, o ponto 6 da Ordem de Trabalhos será retirado e passa à votação da convocatória.-----

Votação: A favor 12 (PSD - 3; CDU - 3; CDS - 1; CH - 2; BE - 2; IL - 1); Abstenções 8 (PS).-----

A convocatória foi aprovada por maioria.-----

Refere ainda que tendo o ponto 6 sido eliminado, o ponto 7 passa a 6, o ponto 8 passa a 7, o ponto 9 passa a 8, o ponto 10 passa a 9 e o ponto 11 passa a 10.-----

De seguida, passa ao ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a adenda ao Protocolo entre a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e a União das Freguesias de Queluz e Belas de “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações mínimas” conforme Despacho n.º 12230/2022 de 19 de outubro e Declaração de Retificação n.º 903-A/2022 de 26 de outubro” e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.**-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que relativamente ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, quer recordar a todos os elementos que no passado mês de dezembro de 2022 veio um termo de aceitação que, digamos, tem agora esta adenda que foi aprovado na Assembleia de Freguesia e, em fevereiro, a ANAFRE celebrou com o Fundo Ambiental uma adenda ao termo de aceitação inicialmente aprovado e é na sequência dessa adenda que foi criada que nós também trazemos o documento à Assembleia de Freguesia porque este executivo entendeu que deveria continuar com este projeto considerando que até já temos a plataforma funcionável. Portanto, não temos aqui de ter delongas relativamente à introdução dos dados se porventura for aprovado nesta assembleia.-----

Quer dar a conhecer que, desde a aprovação, até ao momento da sua primeira cessação, deram entrada cerca de dez pedidos para apoio na Junta de Freguesia, mas validados pela ANAFRE foram apenas cerca de dez. Nesse sentido, como isto foi aprovado em fevereiro e nós sabíamos que havia mais protocolos que teriam de vir à Assembleia de Freguesia, entendemos aguardar sem prejuízo de que as pessoas que, entretanto, ainda pretenderem recorrer a este apoio e que já foram à Junta de Freguesia algumas delas, podem perfeitamente ficar beneficiadas por este apoio e continuar a ser, mesmo com efeitos retroativos. Mantêm as faturas e, a partir do momento em que, se for aprovado pela Assembleia de Freguesia, apresentam as mesmas desde o mês de janeiro até à presente data. Não sabe se serão validadas porque é competência da ANAFRE, mas serão por nós recebidas e remetidas para os devidos efeitos para a ANAFRE.-----

É basicamente este o efeito de voltarmos a trazer, em tão pouco tempo, esta proposta à Assembleia de Freguesia. Estará disponível para quaisquer esclarecimentos.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) cumprimenta todos os presentes e menciona que este assunto já foi amplamente discutido numa Assembleia de Freguesia anterior e tem apenas uma questão que a senhora Presidente já respondeu parcialmente.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O prazo de execução começa em setembro de 2022. Quem apresentar faturas de outubro de 2022 ou novembro mesmo anteriormente a esta Assembleia de Freguesia de dezembro, pode contar com o apoio? Questão confirmada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia.-----

Questiona ainda se os pedidos que não foram deferidos têm conhecimento de qual foi o motivo da ANAFRE.-

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que algumas das questões que tinha para fazer já foram respondidas pela senhora Presidente, relativamente ao número de agregados que foram contemplados com este apoio.-----
Gostariam também de saber qual é o tempo médio entre o pedido na Junta e a concessão do apoio às pessoas em questão. Gostariam também de saber como é que está a ser feita a divulgação deste apoio nas freguesias porque lhe parecem poucos pedidos.-----

A CDU quer reiterar a posição que mantém. Julgam que esta medida vai ajudar a curto prazo as famílias, mas que na realidade depois acaba por ter uma outra face porque neste momento o governo a fazer com que o preço seja diminuído para as pessoas, mas não para os lucros das grandes empresas. Já falaram na última assembleia em relação a isto, dos grandes lucros da Galp que o governo neste momento está a compartilhar e não podem deixar isso passar em branco e, por isso, querem reiterar a indignação da bancada da CDU relativamente à política que é seguida por este governo.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Torres.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) cumprimenta todos os presentes e declara que não conhecia este protocolo em pormenor porque está aqui em substituição e é a primeira vez que participa, mas só lhe causou estranheza quando o analisou é haver uma comissão de 1,5% para as freguesias quando estão a praticar atos dentro da sua esfera de competências e que é deduzido da dotação global.-----

Isto implica que se o pedido for mensal, representa ao final de um ano menos uma participação e meia. Parece-lhe desnecessário porque não estaremos a falar de uma situação em que as freguesias tenham de contratar funcionários, ou seja, aumentar as suas despesas para se tramitar estes pedidos.-----

Está a tirar-se dinheiro da dotação que é para ajudar as famílias para transferir uma verba que ainda por cima é irrisória, mas provavelmente no campo nacional até será uma verba substancial que sai da dotação que seria para compartilhar a aquisição de gás.-----

Era apenas para deixar esta nota que não trará prejuízo nenhum às freguesias prescindirem desta verba e seria melhor aplicada usando esse valor para poder até prolongar durante mais um mês a ajuda. É daquelas coisas que parece que andar a mexer em dinheiro de um lado para o outro parece que não é nada porque é 1,5 por pedido, não sabe quantos milhares de pedidos vai haver no final a nível nacional, ou seja, vai representar uma verba, mas que praticamente é desperdiçada porque com dez pedidos, são quinze euros para a Junta de Freguesia e não é nada. É menos um benefício e meio que é concedido porque é abatida a dotação e a ideia é ser consumida.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que relativamente às questões que foram colocadas, quando à senhora Vogal Helena Coelho, ao abrigo do RJPD, a ANAFRE não nos dá essa informação. Se as pessoas quiserem reclamar, o que ainda não aconteceu até agora, podem dirigir-se à Junta e nós remetemos para a ANAFRE e será resolvido diretamente entre esta e o beneficiário ou não beneficiário.----- Quanto à senhora Vogal Helena Freitas, relativamente ao tempo médio de apoio, refere que aprovámos no dia vinte e sete. Até ao dia seis de janeiro foram os dez pedidos, portanto, o tempo de apoio foi muito rápido e foram pagos nessa altura e durante esse período, entre a aprovação e o pagamento às pessoas. Portanto, é bastante curto.-----

Relativamente ao senhor Vogal Paulo Torres, é a primeira vez que o encontram aqui, apresenta os seus cumprimentos em nome do executivo e deseja uma boa estadia e que esta experiência ao serviço da população pela sua parte seja bastante enriquecedora. Haverá sempre momentos melhores e menos bons ao longo da nossa vida autárquica, mas a verdade é que todos eles são sempre gratificantes pelo trabalho que todos nós nos dispusemos a fazer aqui.-----

Respondendo às suas dúvidas, como não acompanhou a primeira fase, vai tentar sintetizar.----- Este apoio das bilhas solidárias era feito apenas pelo Fundo Ambiental, não era com as autarquias. Era o Fundo Ambiental que fazia a distribuição da verba. Em finais de 2022 foi necessário porque havia verbas que estavam a sobrar, são verbas que vêm da União Europeia e, portanto, eram verbas sobrantes e como havia dificuldade na atribuição e não se percebia porque não havia tantas candidaturas, portanto, os beneficiários a serem abrangidos, entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental foi decidido celebrar, digamos, este acordo. A partir desse momento é que as autarquias passaram a aceitar.-----

Se a Junta de Queluz e Belas não quisesse, não era obrigada a fazer parte deste projeto, portanto, aderimos voluntariamente, mas entendemos como sempre temos entendido que de alguma forma mesmo com um esforço acrescido para os nossos funcionários, o apoio à população que pode ser bem prestado se também aderirmos a este projeto e foi isso que nós fizemos quando o trouxemos aqui à Assembleia de Freguesia.----- Este valor que vai compensar minimamente, é um valor solidário do esforço e do trabalho que é feito pelos serviços das Juntas; portanto, o único objetivo é mesmo esse, é dar algum contributo às Juntas que queiram beneficiar de. Não é que ele seja significativo, mas a verdade é que está assim determinado com o Fundo Ambiental e a ANAFRE. Não fomos nós que decidimos, é apenas uma verba que foi assim entendido entre as duas entidades fazer. Crê que, numa forma de compensar minimamente os serviços administrativos e tudo aquilo referente ao processo burocrático que é preciso fazer. Mesmo que seja através de uma plataforma é preciso deixar de atender outras pessoas de outros serviços, para atender estes utentes que vêm aqui e por um serviço que não era inicialmente prestado pelas Juntas.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) menciona ser apenas para recordar que tinha colocado uma outra questão relativa à divulgação.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas informa que a divulgação foi feita na altura, mas nós, neste momento, ainda não fizemos porque não sabemos qual é a decisão da Assembleia de Freguesia. A nível nacional, as freguesias agirão como entendem, nós só o iremos fazer a partir do momento em que e se for aprovado aqui nesta Assembleia de Freguesia e irá sair nas nossas newsletter, nas nossas redes, que de facto as pessoas já podem vir tratar do pedido de apoio e até no Gabinete de Ação Social é prestada informação a todos os utentes que têm de se dirigir ao mesmo de que também se precisarem e se for o caso delas, podem dirigir-se aos outros serviços para ir fazer exatamente o pedido.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----
A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que provavelmente já consideraram isso, mas quer deixar a sugestão de, em algumas instituições da freguesia, colocar um cartaz uma vez que nem toda a gente tem acesso às redes sociais.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca o ponto 1 à votação.-----
Votação: A favor 19 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2); Abstenção 1 (IL).-----
O ponto 1 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa passa ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o contrato interadministrativo entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas para atribuição de apoio às Freguesias e União das Freguesias, no âmbito da ação social”** e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que a apresentação desta proposta da Junta que tem a ver com a celebração do contrato interadministrativo para um apoio na área social, reporta-se a que este apoio foi deliberado entre o senhor Presidente da Câmara e todas as Juntas de Freguesia em reunião que foi tida e o qual vem na linha daquilo que aconteceu com o apoio para o COVID-19, ou seja, a Câmara Municipal de Sintra atribuiu uma verba e, na altura, a verba era igualitária para todas as Juntas de Freguesia. Estas tinham a capacidade de, com as despesas que tinham sido realizadas, poder reaver a parte ou totalidade da verba.-----

Há Juntas de Freguesia que não utilizaram a verba toda, outras utilizaram-na na totalidade e outras ultrapassaram a verba. É o caso da União das Freguesias de Queluz e Belas, mas recebemos aquela verba. Nessa sequência, o senhor Presidente entendeu, face à situação que ainda vivenciamos e que não está em termos da Ação Social, verifica-se que as situações não abrandaram, antes pelo contrário, temos novos pedidos e solicitações de apoio e foi entendido que haveria mais um apoio extraordinário. Neste caso, para aquisição de bens alimentares a atribuir à população e que seria com valores distintos. Desta vez já haveria valores porque se verificou com o primeiro método que havia freguesias que, como disse, não gastaram o valor na totalidade e outras que ultrapassaram. No caso da União das Freguesias de Queluz e Belas, somos das freguesias que vai receber mais, exceto, Algueirão-Mem Martins que recebe mais cinco mil euros do que



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Queluz e Belas porque também tem mais população e também em termos gráficos e dados obtidos, é a que tem apoiado um pouco mais do que nós e, portanto, a União de Freguesias de Algueirão-Mem Martins recebe trinta mil euros, mas Queluz e Belas e, salvo erro, Massamá e Monte Abraão, recebem vinte e cinco mil euros.-----

O objetivo deste contrato é mesmo esse. É apoiar as Juntas de Freguesias que têm vindo a desenvolver, há muito tempo, um trabalho de apoio à população e, portanto, a Câmara entendeu de alguma forma contribuir para que possamos com esta verba, eventualmente, e é isso que nós desejamos também e já estamos a fazer objetivamente, apoiar ainda mais famílias que surjam para além daquelas que nós já vínhamos apoiando e não recebíamos qualquer dinheiro da Câmara, mas era nosso compromisso, desde o início, assumir essa responsabilidade e foi isso que nós fomos sempre fazendo.-----

O objetivo deste contrato administrativo é precisamente esse, a atribuição desta verba nestes termos.-----

Por fim, refere estar disponível para quaisquer esclarecimentos.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) cumprimenta todos os presentes e refere que foi mais uma proposta que veio incompleta, o valor não veio, mas a senhora Presidente já o referiu. Para vir a esta assembleia julga que as propostas deviam vir mais cuidadas. Veio a proposta e ninguém sabia quais eram os valores. Andou à procura na Câmara Municipal de Sintra qual era o valor e, por isso, só pedir que estas propostas venham mais cuidadas quando são apresentadas a esta assembleia.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) cumprimenta todos os presentes e declara que relativamente a este ponto e, em geral, a todos os pontos que dizem respeito ao apoio social, terão necessariamente o voto favorável da bancada do Bloco de Esquerda. No entanto, não queria deixar de realçar um aspeto que já foi aqui referido pela bancada da CDU que diz respeito àquilo que se está a passar, por exemplo, as centenas de milhões de euros de lucros, não só as empresas energéticas incluindo as de gás, no caso da Galp, que recentemente apresentou resultados, como também as restantes empresas de distribuição que de facto têm apresentado lucros exorbitantes e que não se justificavam numa situação de crise que se está a passar.-----

Para além disso, entendem que de facto para além destes apoios que são necessários e importantes e, como referiu, irão votar favoravelmente, era importante que a política no nosso país passasse também por controle de preços e principalmente por um aspeto que é o aumento de ordenados dos trabalhadores e também das pensões e subsídios. Portanto, existe de facto um grande problema nesse aspeto, os pobres têm vindo a aumentar. Há informações e estatísticas que nos envergonham do país e é por aí que o caminho devia ser apontado.-----

De qualquer forma, relativamente a estas propostas, apoiam claramente a descentralização pela maior proximidade face aos problemas e às pessoas, pela possibilidade de haver maior transparência por um controle democrático mais efetivo e mais próximo e, portanto, o voto será favorável independentemente de alguns aspetos que têm de ser sempre limados no que diz respeito a estes aspetos da transparência e da proximidade.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) declara que pelo que pôde analisar da tabela, o valor da verba atribuída tem mais a ver com a população. Freguesias entre cinquenta e sessenta mil habitantes recebem vinte e cinco mil euros, a nós, não chega a cinquenta e três mil habitantes, por isso, recebemos vinte e cinco mil euros e Algueirão-Mem Martins recebe mais porque ultrapassa os sessenta mil habitantes. Crê que terá só a ver com isso porque pelo menos é o que pôde perceber pela tabela apresentada pela Câmara.-----

Gostava de obter mais informação acerca da forma como os bens alimentares são entregues. Se a própria Junta de Freguesia recolhe bens alimentares e os distribui pelas famílias carenciadas, se tem famílias referenciadas que já apoiam, se as famílias se candidatam e também gostava de perceber se é por vale porque sabe que houve se nesta freguesia, se noutra, a atribuição de vales de desconto do Pingo Doce e crê que este tipo de apoios alimentares podem servir para ajudar tanto as populações mais desfavorecidas, como também, o comércio local e já aconteceu em freguesias de Lisboa com algum sucesso, nomeadamente, na altura do Natal, vales de desconto de bens alimentares que podem ser descontados no comércio local da freguesia e, desta forma, todos ganham. Ganha o comércio local e ganham as pessoas que são apoiadas pela medida.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Torres.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) gostava de questionar a Junta, na pessoa da senhora Presidente, se está prevista para o cumprimento da cláusula 4ª, número 2, que fala da densificação do conceito de populações carenciadas, a emissão de algum regulamento. Foi respondido que sim e o próprio declara que se existe regulamento aplica-se o regulamento existente.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas começando por responder ao senhor Vogal Filipe Borregana, refere que de facto quando foi feita a proposta em termos de executivo, não foi posto valor porque normalmente até os contratos trazem valor, mas o contrato que nós recebemos não fala em valores. A única coisa que a Junta de Freguesia recebeu a falar no valor, independentemente de ter sido articulado com os Presidentes de Junta, foi um e-mail da Câmara que capeava o texto do contrato interadministrativo, mas que fez mesmo para não chegar à Assembleia de Freguesia porque ao abrigo do RGPD, apesar de só vir aqui a dizer o valor, mas tem outros dados e como a própria folha, em baixo, aborda o RGPD, e há momentos em que não se sabe em que o RGPD pode ou deve ser aplicado, face a isso, fez mesmo para não remeter esta folha. Portanto, o que recebemos era um ofício a dizer que "Para os efeitos tidos por convenientes, segue em anexo o ofício desta Câmara, bem como as deliberações da reunião de Câmara e Assembleias Municipais e a minuta do contrato interadministrativo para conhecimento".-----

O valor atribuído à União das Freguesias de Queluz e Belas é de vinte e cinco mil euros. Portanto, podia vir no texto do contrato, mas não está e optámos por não juntar este documento face ao RGPD. Podia ter constado da proposta, portanto, admitimos aqui o lapso e crê estar justificado. Contudo, estamos sempre dispostos a

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

que nos coloquem essa questão ainda antes da Assembleia de Freguesia porque às vezes há coisas que nos ultrapassam e estas foram as razões para as quais não aparece o valor devidamente identificado.-----

Relativamente ao senhor Vogal Paulo Mourão, teceu aqui outras considerações que não cabe à Junta de Freguesia responder. Apenas, lhe pode desde já dizer que de facto temos feito e procurado fazer o nosso trabalho o melhor possível com os custos que temos e de que dispomos, que irão ser reforçados, esperamos nós, na sequência de uma outra proposta que está aqui pendente para apreciação e pode, desde já, dizer que nós neste momento já adquirimos vinte mil euros em bens alimentares.-----

Como? Respondendo à senhora Vogal Helena Coelho, esta até é uma matéria que quase que não há Assembleias de Freguesia que não se fale da distribuição e do apoio que nós fazemos em termos da Ação Social e como é que fazemos e nomeadamente falamos muitas vezes, os relatórios, proposta de orçamento, fala da forma como nós distribuimos e como é que são atribuídos os bens alimentares.-----

No nosso caso, nós temos aqui várias situações porque há diversos projetos em curso e há diversas formas de se fazer essa distribuição. Por exemplo, no âmbito do PO, ou seja, no Programa Operacional de apoio à pessoa mais carenciada, os bens alimentares ainda são distribuídos mesmo em géneros, portanto, em princípio, os bens alimentares vêm da Câmara através da aquisição desta a diversos fornecedores, através dos procedimentos legais que devem ser acautelados, mas quando há período em que de facto há impugnação de procedimentos, há bens que não vêm em determinados meses e, nesses momentos, a Junta de Freguesia quando vê que o que vem para as famílias não é o suficiente para guardarem um mês ou quinze dias, ela própria toma a iniciativa de atribuir apoios e pode ser mesmo também em géneros, comprando os respetivos géneros ou em cartões.-----

Temos também o banco alimentar, rede de emergência alimentar, que é o banco alimentar para quem não conhece estes procedimentos, ao qual todas as Juntas também aderiram e de facto vamos buscar lá os bens alimentares, mas a maior parte das vezes, os bens que chegam não são suficientes para aquelas outras famílias que são abrangidas por esta rede de emergência alimentar e quando não chega, voltamos outra vez a fazer exatamente o mesmo. Não deixamos ninguém ir para casa sem o essencial para sobreviver, subsistir ou para ter o mínimo de condições durante o período que neste caso é um mês porque só se vai buscar de mês a mês. Portanto, voltamos também consoante nós temos cartões alimentares ou não, vai ser ou de uma forma ou de outra. E depois temos a população que é por nós apoiada, diariamente, que também leva um kit de emergência e é de facto através de um cartão ou bens alimentares que estejam disponíveis.-----

Quando falou em vales de compra, nós temos cartões, mas fazemos procedimentos, nós fazemos consulta a várias superfícies comerciais e elas respondem e aquela que oferecer as melhores condições é aquela pela qual nós iremos aceitar adjudicar. Estabelecemos um valor, um plafond e é com base nesse plafond que eles depois nos atribuem cartões.-----

São cartões que têm um determinado valor e nesses cartões há proibições. Há produtos que não podem ser adquiridos com base nesses cartões e essa também é uma das nossas responsabilidades, é assegurar que os cartões não sejam utilizados para fins menos devidos, digamos assim. Portanto, quando é adjudicado e pode ser ao Pingo Doce, ao Continente ou ao Auchan, depende daquela que tiver no período as melhores condições para nos oferecer. E os nossos cabazes de Natal não são cabazes propriamente ditos, são efetivamente uns cartões cujo valor existe um regulamento que nós temos para atribuição de valores das

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

famílias que se nos dirigem a necessitar de apoio. É feita previamente uma avaliação se as pessoas estão em condições ou não de serem abrangidas por estes apoios. Só recebe o apoio quem efetivamente estiver dentro dos critérios e as valências podem ser diferentes. A atribuição pode ser feita de uma forma ou de outra consoante as necessidades e as possibilidades do momento, mas como já referiu, nós até ao presente momento já adquirimos vinte mil euros em bens alimentares, só em 2023, portanto, estamos em início de abril.-----

Só para o banco alimentar, o ano passado foram quarenta mil euros, mas isso consta dos relatórios e das informações que foram prestadas.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) menciona ser apenas para referir que relativamente ao aspeto do RGPD ter dificultado a informação do valor do contrato, do valor do apoio que a Câmara dá para este serviço, julga que isso é irrelevante porque a cláusula 5 de recursos refere que o apoio municipal no valor de e depois está em branco. Podia-se ter posto aqui o valor. Podia haver uma nota no fim referindo que o valor do apoio referente a este contrato são os vinte e cinco mil euros e qualquer documento é possível desde que devidamente tratado, ultrapassar esses problemas do RGPD porque há sempre um marcador preto ou branco que nos permite apagar aquilo que possa pôr em causa essas mesmas regras do regulamento. Portanto, não pode ser justificação a falta de o valor ter a ver com o RGPD.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca o ponto 2 à votação.-----

Votação: A favor 19 (PS – 8; PSD – 2; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2; IL - 1); Abstenção 1 (PSD).-----

O ponto 2 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) declara querer fazer uma declaração de voto relativamente à posição da CDU. (ANEXO 2)-----

O Presidente da Mesa passa ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o contrato interadministrativo entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da Gestão e Conservação dos Espaços Públicos, sobre a minuta de celebração do respetivo contrato interadministrativo, bem como sobre a concretização de transferência de verba”** e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que este contrato interadministrativo bem como os outros todos que vêm aqui hoje a esta Assembleia de Freguesia foram objeto de uma reflexão entre a Câmara Municipal de Sintra e as Juntas de Freguesia do concelho.-----

A Câmara Municipal de Sintra, tal como nos anteriores, entendeu que deveria haver aqui um apoio extra e melhorar o apoio que estava a ser dado às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, no âmbito dos

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

protocolos em vigor que não eram alterados há muito tempo, ou seja, os montantes não eram alterados há alguns anos. Nesse sentido, fizeram-se ajustamentos e, neste caso, até houve aqui um aumento de 20% nos valores atribuídos e há aqui uma primeira referência em que é atribuído verbas pelos quilómetros e na página dezassete está perfeitamente discriminado, não só os valores que já recebíamos, mas qual é o valor com a atualização e qual é o fator de majoração e quantos quilómetros é que tem a freguesia, que também era um dos critérios que as Juntas de Freguesia têm impugnado ao longo destes anos para que fosse feita aqui uma avaliação concreta relativamente a cada uma e em determinadas condições ou em determinados protocolos haver a avaliação e, como já se viu, no ponto anterior, houve a abertura da Câmara para perceber que havia um aumento dos encargos suportados nomeadamente com despesas de pessoal que só neste ano já tivemos de fazer aumentos por duas vezes e ainda vai ser feito novamente este mês.-----

Portanto, há aqui um acréscimo de despesas e encargos com os trabalhadores que é justo e correto, mas que também do nosso ponto de vista, nos trazem mais encargos e a Câmara Municipal entendeu atribuir e apoiar porque estes valores não são propriamente para trabalhadores, são para suportar também as despesas com água porque felizmente temos alguns locais onde utilizamos poços, mas também há muitos espaços que é água da rede pública e são as Juntas de Freguesia que suportam esta despesa e isto também é uma forma de ajudar a colmatar todos os encargos acrescidos e que são decorrentes também da situação económico-financeira que vivenciamos.-----

Portanto, há aqui estes ajustamentos neste, nos anteriores e nos que virão agora de seguida também. Os protocolos mantêm-se, mas há um reforço de verba em qualquer um deles e basicamente é disto que se trata.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que relativamente a este contrato não têm nada a dizer. Há um artigo que fala numa das questões que para a bancada da CDU é essencial e que é a questão do emprego público. Há um artigo neste contrato que prevê exatamente que não seja contratado ninguém por um período superior à vigência do contrato, nem serviços superiores num tempo superior à vigência do contrato.-----
Sendo assim, questionam se irão ser feitos contratos com empresas privadas para fazer algum tipo de manutenção porque estão a falar da manutenção dos espaços públicos, calçadas, arruamentos, etc. Se irão ser feitos esporadicamente contratos sempre que necessário e gostariam também de perguntar, uma vez que numa das últimas assembleias, viram aqui o mapa de pessoal em que havia ainda por preencher doze vagas para Assistentes Operacionais, gostariam de saber como é que está o processo de concurso. Sabem que houve um concurso para sete Assistentes Operacionais, três coveiros e quatro jardineiros. Já terminou este concurso público e gostavam de saber se há já resultados deste concurso.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que respondendo à senhora Vogal Helena Freitas, no espaço público temos sempre tido empresas que tratam daquelas obras de maior requalificação do espaço público e o resto é feito pelos nossos colaboradores, sendo possível serem eles a fazê-lo. Por isso, cre que relativamente à primeira questão já responderam.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Quanto à segunda, tem sido honra deste executivo da Junta de Freguesia de Queluz e Belas e não podem garantir que as pessoas que estão a recibos verdes possam ser as que vão ser admitidas no âmbito dos concursos, mas fazemos sempre questão de quando temos pessoal a recibos verdes, abrir logo que possível procedimentos concursais. Como já referiu, há procedimentos concursais que estão, neste momento, abertos e agora aguardamos as candidaturas, ou seja, nós, executivo, neste momento não temos e, por lei, não devemos ter informação sobre quem são os candidatos e existem os júris respetivos para apreciar as candidaturas e levar o processo avante. Portanto, os concursos estão a decorrer e esperamos que a breve prazo tenhamos já mais funcionários contratados na Junta de Freguesia. Tem sido esse sempre o nosso apanágio.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que queriam saber quantas candidaturas houve.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que neste momento não pode responder porque não fazem parte do júri do concurso.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca o ponto 3 à votação.-----

Votação: A favor 19 (PS – 8; PSD – 2; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2; IL - 1); Abstenção 1 (PSD).-----

O ponto 3 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa passa ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de Autorizar a celebração de um contrato interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito do “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado” e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.**-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que este contrato interadministrativo que está em apreciação neste momento é verdadeiramente um contrato feito ao abrigo da transferência de competências do governo para as autarquias. O que estava previsto foi negociado pela Câmara Municipal de Sintra através da Associação Nacional de Municípios também, mas aqui a Câmara Municipal de Sintra teve um papel bastante influente dado que, se inicialmente havia uma verba para transferir nomeadamente para o concelho de Sintra, o Município de Sintra através do senhor Presidente e do Vereador do pelouro, não concordaram com a verba inicialmente prevista e conseguiram que a mesma duplicasse praticamente e, portanto, o Município de Sintra passou a receber mais do que aquilo que estava inicialmente previsto, ou seja, fez um esforço para que fosse visto em conformidade com aquilo que efetivamente acontece no concelho de Sintra e não por um critério totalmente aleatório ou pelo menos que não tivesse em conta aquilo que é a realidade sintrense.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Nesse sentido, foi deliberado e foi previamente, tal como nas anteriores propostas, realizadas reuniões com as Juntas de Freguesia para aferir da disponibilidade das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia poderem também elas aceitarem ficar com algumas competências.-----

E o que é que foi decidido? Há aqui neste momento três esferas de competências, quando havia competências que eram da Segurança Social e eram articuladas quer com o município, quer com as Juntas, quer com as instituições de solidariedade social que também passaram a receber estas competências.-----

No que se refere à Câmara Municipal de Sintra, irá ficar com o acompanhamento de emergência, ou seja, tudo aquilo que implica, por exemplo, necessidade de habitação, necessidade urgente de medicamentos, população sem-abrigo que necessite de apoio, enfim, todas aquelas situações que são emergentes e que passarão para a responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra que já detinha algumas e era articulado com a Segurança Social, muitas delas, mas agora é competência para a Câmara Municipal de Sintra.-----

Havia aqui alguma preocupação se porventura passaria para as Juntas uma matéria que para nós era delicada que é efetivamente estas situações de emergência, bem como a atribuição de verbas.-----

Como têm conhecimento, a Segurança Social desenvolvia esse serviço e, no caso de Queluz, tinha de ter sempre um segurança ou um polícia à porta precisamente porque as situações mais urgentes e complicadas eram atendidas por eles e nós estávamos com receio que essas competências pudessem eventualmente ser transferidas para as Juntas. Isso não aconteceu, ficou na responsabilidade da Câmara.-----

Depois, o rendimento social de inserção que ficou adstrito a quatro instituições do concelho de Sintra e no caso da União das Freguesias de Queluz e Belas é a entidade que já o fazia, mas que agora vai receber mais beneficiários e que é o Centro Social da Sagrada Família que também irá ter um leque mais abrangente. Em lugar de ter apenas Queluz e Belas, passa a ter também Massamá e Monte Abraão e uma parte de Aqualva. Na totalidade vai ficar com cerca de mil processos.-----

Depois temos outras instituições que vão interferir, vão ter a sua área de abrangência noutras freguesias, mas no caso de Queluz e Belas continua a ser o Centro Social da Sagrada Família que vai continuar a apoiar.---

Depois, sobra o atendimento e acompanhamento social que nós já fazemos na realidade. Não é novidade para nós e a única coisa que vai ser novidade para nós é passarmos a ter a plataforma da Segurança Social e, portanto, as nossas técnicas vão passar a ter de fazer todos os procedimentos através da plataforma da Segurança Social porque o resto do atendimento nós fazemos e se é necessário fazer atendimento de emergência, fazemos como sempre fizemos. Mandamos para a Câmara ou para outra entidade que seja legalmente competente na matéria e, portanto, encaminhamos todas as situações.-----

O que é que foi também definido? E aqui vêm verbas para técnicos sociais, recursos humanos, que temos aqui um total de 60 mil e 700 euros e para recursos humanos vem 58 mil 928 euros. Isto quer dizer que a Câmara Municipal de Sintra entendeu atribuir técnicos, ficou com alguns e outros são distribuídos pelas freguesias, sendo que, há freguesias que vão ter direito a um técnico, outras vão ter direito a dois e outras que vão ter direito a três. A União das Freguesias de Queluz e Belas vai ter direito a três porque isto tem a ver também com o número de beneficiários e o número de processos que vão ser distribuídos por cada técnico.--

Depois, atribuiu uma verba para despesas de funcionamento que é no valor de 1 800 euros. Este valor quando foi discutido era superior, mas dado que a proposta só foi à Câmara e à Assembleia Municipal recentemente, foram deduzidos os meses que já não contabilizavam.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Portanto, este documento vai valer pelo período de nove meses, até ao final do ano de 2023. Durante esse período também irá ser feito simultaneamente uma avaliação e monitorização do seu desenvolvimento para perceber se há aqui ajustamentos a fazer, não só em termos de recursos humanos, mas também em termos de funcionamento do próprio contrato interadministrativo.-----

Foi entendimento de todas as Juntas de Freguesia aceitar, depois de termos levantado algumas questões perante a Câmara relativamente ao entendimento que era dado sobre o funcionamento deste contrato interadministrativo. Tem a acrescentar que, neste momento, abrimos pedidos de mobilidade para mais duas técnicas e nós temos direito a três, mas temos técnicos neste momento que podem ir assegurando o serviço enquanto não houver candidaturas pela mobilidade. Se isso não acontecer iremos procurar encontrar quem se disponibilize através do GIP ou de qualquer outro meio para vir desempenhar essas funções. Neste momento há três técnicas já alocadas que estão a receber formação. Até agora, não recebemos pedidos extraordinários, ou seja, que extravasem aquilo que é o nosso âmbito e que venham pessoas que estavam por exemplo na Câmara a ter apoio e que a mesma tenha mandado para nós, no âmbito deste contrato interadministrativo. Não recebemos ainda e, portanto, estamos à vontade nessa matéria, mas a partir do momento em que for aprovado teremos de os receber certamente.-----

Por fim, refere estar disponível para quaisquer esclarecimentos que queiram colocar.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) quer apenas confirmar algo que não ficou inteiramente claro, pelo menos para a própria. Na cláusula 9ª do contrato, diz especificamente Recursos Humanos e no ponto 1 “Não são transferidos quaisquer recursos humanos do primeiro outorgante para a segunda outorgante com o presente contrato”, mas tinha falado da distribuição de alguns técnicos.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que nós vamos ter mais técnicos, não vêm é diretamente da Câmara.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Inês Fernandes.-----

A Vogal Inês Fernandes (CDU) cumprimenta todos os presentes e refere que sobre este ponto em relação ao contrato Interadministrativo e à Delegação de competências no âmbito do designado “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado”, é caso para dizer que muitas autarquias resistiram até ao limite, e bem, dizemos nós CDU, à imposição desta transferência de competências na área social que estava prevista para acontecer em janeiro de 2019.-----

Ainda recentemente, isto é, em 24 de janeiro passado o executivo camarário, e em 17 de fevereiro a Assembleia Municipal de Sintra, se pronunciaram no sentido de prorrogar o prazo da assumpção desta delegação de competências até 3 de abril de 2023, ou seja, até ao limite do prazo, de acordo com a lei.-----

De facto, e se no domínio da transferência de competências na área da Educação já tínhamos bastantes e graves problemas, aqui, no domínio da área social, os problemas assumem uma complexidade e uma sensibilidade ainda maiores, problemas estes que resultam, quer da degradação da situação social e das consequentes dificuldades acrescidas de muitas famílias, quer das inevitáveis pressões que se colocarão por

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

parte de instituições que exercem algumas destas competências protocoladas com a Segurança Social, competências estas que são exercidas na base de acordos com mais de uma década e sem qualquer atualização.-----

A tudo isto, podemos ainda acrescentar o perigo das derivas assistencialistas, populistas e demagógicas que outros se encarregarão de promover na atribuição dos chamados subsídios eventuais.-----

Esta é, efetivamente, uma transferência que se insere na desconfiguração das funções sociais do Estado e das competências próprias das autarquias, pondo a nu a progressiva desresponsabilização do Estado, levando à fragilização dos serviços da Segurança Social (teremos menos serviços, menos trabalhadores, menor proximidade e menor acompanhamento), isto articulado com o uso de outras instituições, muito em particular, com a rede de IPSSs.-----

Esta transferência agravará desigualdades territoriais decorrentes das distintas capacidades de cada autarquia comprometendo o acesso à proteção social e comprometendo a garantia de um serviço público, que se quer acessível, universal e de qualidade.-----

Chegamos a um ponto em que a imposição desta responsabilidade pode prejudicar aqueles que mais necessitam. Neste sentido, a CDU identifica alguns procedimentos e medidas a implementar, nomeadamente os seguintes:-----

1. A necessidade de exigir do governo a atualização/revisão obrigatória dos acordos em vigência com as IPSS em todas as suas dimensões (recursos técnicos e logísticos, número de processos e a dotação financeira), incluindo as disparidades e não uniformidade nos valores/custos por processo e por protocolos e também o número de processos protocolados com as Instituições.-----
2. Não se afigurando possível, nem desejável, alterar o exercício das competências atualmente delegadas pela SS nas IPSS, esta responsabilidade deve ser prolongada, sem prejuízo de reavaliação futura. Em regra, havendo exercício direto pelos serviços da SS deve procurar-se que seja a autarquia a assumi-lo;-----
3. Nortear o relacionamento com as IPSS que hoje assumem funções, quer no RSI quer no acompanhamento social, limitado a estas funções, não permitindo que o conjunto de apoios e problemas (tais como: défices de viaturas, problemas de tesouraria, e outros) que cabem à Segurança Social resolver com estas instituições passem a ser dirigidos à autarquia;-----
4. Afetar os meios humanos e organizacionais necessários ao exercício da competência, seja pelo recurso a técnicos da autarquia, seja pela abertura de processos concursais. A eventual contratação de prestação de serviços tendo em conta os prazos concursais deve ter caráter excepcional e transitório;-----
5. A atribuição de subsídios eventuais carece de regulamentos. Num quadro em que a orientação deve ser de natureza restrita quanto à multiplicação/diversificação de subsídios, a base deve ser a dos atuais regulamentos que traduzem o acervo de intervenções que correspondem ao que as autarquias já assumiam no plano dos apoios sociais, prevenindo assim derivas assistencialistas que, avulsamente, alguns poderão ter a tentação de impor;-----
6. Acionamento das Comissões de Acompanhamento exigindo a presença da Segurança Social garantindo aí um espaço de intervenção e esclarecimento políticos quanto à delimitação de competências.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) refere que queria só colocar uma preocupação que a bancada da CDU tem e que não é concretamente em relação a este ponto, mas sim ao objeto de ponto. Têm vindo a verificar, pelo menos em Queluz, um crescente número de pessoas sem-abrigo nomeadamente pessoas que neste momento se encontram a pernoitar em zonas que não têm nenhuma condições nomeadamente o antigo Colégio Almeida Garrett, ao lado da estação e algumas indicações também, que dentro do Centro Comercial D. Pedro IV existem aí uma espécie de acampamentos.-----

Gostariam de deixar esta informação e saber se já estão a par da situação e se as pessoas estão a ser sinalizadas para se poder resolver este problema.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, respondendo à senhora Vogal Helena Freitas, refere que de facto existem alguns sem abrigo na freguesia e essa questão até tem sido bastante discutida com a Câmara Municipal, não só pela União das Freguesias de Queluz e Belas, mas também com as outras Juntas.--- Nós, tudo aquilo que temos conhecimento sinalizamos. Também temos uma entidade que trabalha nessa matéria e que vai também no âmbito desta transferência de competências receber mais técnicos para fazer esse trabalho, que é a Vitae, para acompanhar, reforçar a equipa, mas quer dizer que quando os nossos serviços se dirigem a essas pessoas, há algumas que não querem acompanhamento e contra a sua vontade, nós não podemos fazer nada. Claro que tentamos, procuramos que pelo menos se precisarem de alimentos se dirijam à Junta para os receber, mas se eles recusarem ser acompanhados e orientados para um local próprio que existe no concelho de Sintra para pernoitarem e ficarem, só com a sua autorização. Apesar de estar na situação em que está, é o seu direito pessoal de concordar ou não que alguém o possa acompanhar de outra forma. Se não podermos resolver por nós próprios, sinalizamos para as entidades competentes e, neste caso, a Vitae também já esta a acompanhar muitas situações.-----

O presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) refere que sobre esta matéria e estão a falar em sem abrigo, vem aqui à tona um caso que se está a passar em Belas e que não é por falta de apoio. Há um casal que pernoita na igreja e que fique aqui claro que não é falta de apoio, nem da União de Freguesias, nem da paróquia. É uma questão que está para ser estudada. Já vieram de outro sítio porque não cumpriram as obrigações e agora temos aqui um problema na nossa paróquia. Vão aparecer este e outros casos no nosso território.-----

O problema tem solução, mas com a vontade deles. Sem a vontade dos mesmos, lá está o caso que a senhora Presidente referiu, sem vontade nada feito. Que fique registado que o caso que se está a passar junto à Igreja não é por falta de ajuda da população e das organizações que a freguesia tem. É porque eles próprios estão muito longe disso.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Carlos Diogo (PSD) cumprimenta todos os presentes e como estão a falar de emergência, gostaria de lembrar que estamos no mês de abril, o mês da prevenção dos maus-tratos da infância e da juventude. Aqui temos estado a falar de pessoas, não ouviu uma única palavra para as crianças e jovens e, portanto, vem a propósito da sensibilização da comunidade para a relevância da adoção de uma cultura preventiva face às diversas formas de maus-tratos físicos e/ou psicológicos.-----

Internacionalmente simbolizado por um laço azul, bem como na promoção dos direitos das crianças e do seu superior interesse. As situações de perigo podem ser violência sexual, maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos, a negligência, a falta de supervisão e o acompanhamento familiar, a exposição a modelos parentais desviantes face ao acompanhamento de risco de crianças ou jovens.-----

A Comissão Nacional dos Direitos e Proteção das crianças e jovens trata com muito cuidado toda esta matéria. A maior distribuição etária é entre os quinze e os dezoito anos, onde o maior número de casos de risco e perigo acontecem e, portanto, a nossa União de Freguesias de Queluz e Belas tem-nos às dezenas. É premente olhar para isto. Estamos a falar da transferência de competências, a senhora Presidente da Junta falou no acompanhamento de emergência e apareceu-lhe logo a ideia do acolhimento de emergência das crianças através do artigo 90 da Lei de proteção de crianças e jovens, da Lei n. 147/99 de 1 de setembro que permite através da Lei n.º 23 de 2017, de 23 de maio, que os jovens possam estar a beneficiar de proteção até aos vinte e cinco anos de idade. Portanto, muito há a ser feito.-----

Dizer, por exemplo, negligência, falta de supervisão e acompanhamento familiar pode ser ao nível da educação, ao nível da saúde, a exposição a modelos parentais desviantes face ao comportamento de risco da própria criança e jovem. Portanto, aqui estamos na negligência. Por isso, respondendo um pouco à CDU, dizer que nós sempre defendemos o pensar global e agir localmente.-----

Portanto, vemos esta transferência de competências como bem-vinda. Se calhar já tardiamente, bem sabemos que a idealidade lutou um pouco contra a transferência de competências relativas à educação. A área social é fundamental e se não vier depois a esta assembleia para podermos fiscalizar todo o trabalho destas organizações que vão estar no terreno e da maneira que é feito, o que é que está a ser feito, que resultados é que estão a acontecer na comunidade, esse é um trabalho que nós temos que procurar trazê-lo aqui à coação. Os maus-tratos psicológicos, a exposição à violência doméstica, a rejeição ativa, o exercício abusivo da autoridade, a depreciação ou humilhação, a ameaça, ignorar a criança ou jovem de forma ativa, a privação social, a própria corrupção. Estamos a falar de crianças e jovens que não é só no mês de abril que devem ser lembradas, mas que todos nós nos devemos preocupar e nomeadamente o executivo, a área social, procurar com todos estes protocolos que está a celebrar no âmbito e, como disse e bem a senhora Presidente, no acompanhamento de emergência que sejam defendidos.-----

A violência sexual que tanto se fala ultimamente, a exposição verbal, física, a linguagem ou comportamentos de cariz sexual, a violação, o aliciamento sexual, a pornografia infantil, a prostituição infantil, tudo isto tem de ser muito cuidado em várias áreas quer nas escolas, quer na escola segura através da PSP, quer nas nossas IPSS, através de fóruns, de palestras onde se fale de bullying, entre outros. Não menos importante e, por último, o direito que as crianças e jovens têm de ser educadas para o direito que muitas vezes é esquecido e aí entramos naquilo que se falou há pouco, que é a violência e há pouco a nossa União de Freguesias foi motivo de notícia da violência entre crianças e jovens nomeadamente entre jovens. Um dos direitos das

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

crianças e jovens é serem educados para o direito e não virem mais tarde a entrar no estabelecimento prisional. Portanto, há muito a fazer nesta área e espera que a Câmara Municipal possa ouvir a nossa bancada e espera também que o executivo possa transformar melhor a nossa comunidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que não se pode pronunciar relativamente àquilo que o senhor Vogal Jorge José disse porque não o devemos fazer face à lei, pronunciarmo-nos sobre determinadas situações, mas aquilo que o senhor Vogal Carlos Diogo disse que não ouviu nada sobre crianças e jovens, este contrato interadministrativo é um contrato que abrange a população em geral. Não é um contrato concreto relativamente a diversas temáticas, nem sobre as crianças e jovens, nem sobre a violência e nem sobre a temática dos maus-tratos infantis, mas quer-lhe dizer que a Junta de Freguesia de Queluz e Belas, desde sempre, procurou celebrar e chamar à atenção para o mês contra os maus-tratos infantis. Já temos, se estiver atento, quando passar nas nossas instalações, já vê lá uma tarjeta a chamar à atenção para esta temática. Isto é uma das formas que nós temos de, tal como na nossa newsletter, também abarcamos esta temática e, além do mais, um dos projetos que nós nos candidatámos ao PRR, tem a ver precisamente com uma justiça mais amiga das crianças e nós neste momento, no concelho de Sintra, somos a única freguesia que tem uma instituição a trabalhar nesta matéria aqui instalada nas nossas instalações.-----
Portanto, sabe bem que está numa freguesia que cuida dos seus jovens e das suas crianças e dos seus seniores e de toda a população em geral. É evidente que não chegamos a tudo e a todos, mas como acabou de abordar há situações que às vezes basta um simples olhar, basta uma simples atenção para uma situação e nós percebemos e as nossas técnicas estão devidamente preparadas para isso e isso acontece com alguma frequência. Não só as técnicas, qualquer um de nós se apercebe com toda a facilidade e mesmo os nossos funcionários administrativos quando existe uma situação em que algo é estranho naquela criança procuramos de imediato verificar se se passa alguma coisa e quando verificamos que existem situações dúbias, relatamos às entidades competentes.-----

Pode-lhe ainda dizer que na semana passada teve a visita de uma inspetora relativamente a uma situação que nós denunciámos e que se calhar a maior parte das pessoas acharia perfeitamente natural e nós achámos que aquilo não o era. Portanto, está a decorrer um inquérito com a própria PJ que está muito preocupada com a situação de algumas crianças e, portanto, da nossa parte tudo aquilo que diz respeito à violação de um direito qualquer de uma criança, já não fala da população em geral, não são só as crianças, mas também os seniores que são hoje objeto de violência e merecem também toda a nossa atenção e todo o nosso cuidado, mas nestas situações nós procuramos sempre chamar à atenção das entidades competentes. Tenhamos razão ou não, mas se surge uma dúvida, essa dúvida tem de ser resolvida se não por nós que não temos capacidade de ir mais longe e não o podemos fazer face à lei, mas mandamos de imediato para as entidades competentes e a CPCJ Oriental é de facto uma das nossas grandes referências. A CPCJ vai ser agora também objeto de um reforço técnico que também era fundamental sendo que, esta CPCJ abrange áreas de adensamento populacionais com uma grande população e Queluz e Belas é uma das freguesias das Uniões de Freguesias que mais crianças tem sobre tutela e intervenção da CPCJ.-----



Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

No passado trouxemos cá a CPCJ a apresentar um relatório, mas não correu bem. Queremos trazê-las a apresentar um relatório, mas quando a CPCJ for objeto de respeito pela Assembleia de Freguesia. Temos aqui muita gente nova, mas quem esteve no passado, percebeu que não foi muito bom aquela apresentação feita e a forma como a CPCJ foi tratada.-----

De qualquer das formas, não queria deixar de lançar o desafio e o convite a todos os vogais desta Assembleia de Freguesia e, em particular, ao senhor Vogal Carlos Diogo, para no dia 22 se associarem a uma caminhada que vamos fazer sobre a temática contra os maus tratos infantis e que passará por toda a freguesia e iniciar-se-á às dez horas, em Belas e percorrerá a Barota, Belas e terminará em Quéluz e precisamente porque não queremos deixar passar a informação e sensibilizar a população de que esta temática tem de ser devidamente avaliada. Quando nós identificarmos ou nos apercebermos que existe alguma situação que pode ser suscetível de criar danos para as crianças, que possa ser devidamente encaminhada e identificada pelas entidades.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) declara que quando a senhora Presidente quer falar sobre temas passados nesta assembleia e especificamente do que se passou com a CPCJ não generalize. Não foi desrespeitada pela assembleia, foi desrespeitada por alguns membros desta assembleia. Aqui, o RGPD permite-o e foi uma sessão pública e quando quiser fale diretamente e aponte as pessoas ou as bancadas, mas não generalize porque sentiu-se ofendido com o que a senhora Presidente disse. Esteve presente nessa reunião e esta bancada respeitou solenemente o que estava a ser apresentado e a senhora da CPCJ. Não generalize porque senão ficamos todos iguais e todos com o mesmo rótulo.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere ter ouvido as palavras da senhora Presidente e tem presente os números, estamos a falar de cerca de 710 crianças e jovens da União de Freguesias sinalizadas pela comissão. O concelho é dos concelhos do país com mais crianças e jovens institucionalizadas. Da União de Freguesia há várias crianças e jovens institucionalizadas, é a última medida que se pretende quando já tudo falhou e a senhora Presidente vem com uma retórica a falar do que se passou da comissão. Ao próprio não o atinge seguramente porque respeitou e gostou também de ouvir o Vogal Filipe Borregana. Quando quiser fale em nomes, seja direta porque já é a segunda ou terceira vez que vem com essa missiva que não correu bem, mas quando trazer com dignidade a CPCJ, traga para apresentar desde o início dos trabalhos e não no final dos trabalhos porque isso não se faz a nenhuma entidade. Recorda-se porque estava nessa assembleia que foi em Belas e foi no final dos trabalhos que teve voz para falar a comissão.-----

Refere ainda que há muito para fazer sobre as crianças e jovens, sobre as famílias, sobre os mais velhos como disse. E há muito para fazer e não há tempo para esperar. Há instituições que querem arrancar, há instituições com projetos que os querem pôr erguidos e não pode haver entraves. Não pode haver política na União das Freguesias quando se tratar da área social, temos de estar em uníssono e procurarmos todos contribuir para o bem de cada um e só com humanismo é que isto é possível.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----
A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, dirigindo-se ao senhor Vogal Filipe Borregana, declara que reconhece e admite que procurou ser generalista sim, mas que tem toda a razão. Na altura também não houve uma tomada de posição e, por isso é que referiu isto de forma genérica.-----
De qualquer das formas, houve sim pessoas que até estão aqui, estava o senhor Vogal Filipe, se calhar a senhora Vogal Helena, estava o senhor Vogal Caxaria que é uma das pessoas que se querem que fale claro, foi uma das pessoas que foi visada nesta situação. O senhor Vogal Carlos Diogo também estava, mas a seriedade que exige à própria também compete a esta Junta de Freguesia ou, neste caso, à Presidente da Junta, exigir ao senhor Vogal Carlos Diogo quando fala aqui em retóricas e em seriedade, não percebemos o que é que quer dizer e também com meias palavras não percebemos. Que instituições é que querem trabalhar e são boicotadas? Que entidades é que estão aqui que não são acompanhadas?-----
Julga que também da sua parte, quando exigimos aos outros e os outros admitem que de facto falharam e erraram da forma como se pronunciaram, também acha que devemos fazer essa mesma exigência a nós próprios.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----
O Vogal Luís Garcez (CH) cumprimenta todos os presentes e refere que muita coisa poderia fazer, mas neste momento só gostaria de pôr um ponto de ordem à Mesa porque estes problemas do que se passou no passado, destas reuniões da CPCJ, da violência sexual, etc., não constam da ordem de trabalhos.-----

O Presidente da Mesa chama à atenção para que se debrucem mais sobre a ordem de trabalhos e o restante poderá ficar para outra oportunidade em que haja mais tempo. De seguida, dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere que o ponto da ordem de trabalhos era sobre a transferência de competências e o acompanhamento de emergência e dentro deste último, inserem-se as crianças e porquê. Também os mais velhos, as famílias, como disse a senhora Presidente e muito bem.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca o ponto 4 à votação.-----
Votação: A favor 19 (PS – 8; PSD – 2; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2; IL - 1); Abstenção 1 (PSD).-----
O ponto 4 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa passa ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a minuta de aditamento ao Auto de Transferência de Recursos n.º 632/2020, e respetiva proposta, celebrado entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da competência “Gestão e Manutenção de Espaços Verdes”, com a atualização do valor de 20%”** e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A Presidente da junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que não se irá alongar neste documento porque ele infere exatamente nas mesmas vantagens dos anteriores contratos interadministrativos que é um reforço de verba da Câmara Municipal de Sintra para as Juntas de Freguesia que orça os 20%, sendo que na questão dos espaços verdes é um valor substancial uma vez que o nosso valor de delegação de competências para a Junta de Freguesia, nesta matéria, é um valor substancialmente elevado.-----

Quer informar que, nesta proposta, quando a mesma foi preparada e foi aprovada na reunião de Junta, ainda não tinham a informação sobre a deliberação na Assembleia Municipal e, portanto, esta proposta foi também aprovada na Assembleia Municipal a dezasseis de março.-----

Quaisquer dúvidas que queiram colocar, estão sempre disponíveis para o efeito, mas aqui o que há a correr é única e simplesmente um aumento de 20% da verba a transferir para as Juntas de Freguesia com os fundamentos que já explicitou anteriormente.-----

O presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que relativamente a este ponto não vai perguntar sobre os concursos que estão a decorrer porque a senhora Presidente não pode responder.-----

Contrariamente ao que a senhora Presidente referiu há dois pontos atrás, há vários tarefeiros que há mais de um ano e já vão para o segundo contrato de prestação de serviços, a funcionar nos espaços verdes, mas a senhora Presidente preocupa-se em pô-los no quadro desde que eles cumpram os normativos e concorram aos concursos, como é lógico.-----

Relativamente a este ponto, a bancada da CDU vai abster-se. Não querem inviabilizar de maneira nenhuma que o valor do contrato venha para a Junta, só que continuam a não concordar com a forma como depois é gerido a nível da Junta este contrato que é: não cria emprego público, há o recurso contínuo à externalização total da gestão da manutenção dos espaços verdes e ficam sem saber quais são as condições de trabalho a que esses trabalhadores estão sujeitos e, pelo que lhes tem chegado, há muita precariedade misturada com estes contratos de trabalho ou não contratos de trabalho. Está a falar na generalidade, não sabe se nesta firma é exatamente o que se passa e não está a acusar esta firma de. Nunca vamos conseguir perceber como é que funcionam os contratos de trabalho dos trabalhadores que estão praticamente ao serviço da Junta. Por isso, vão abster-se neste ponto.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que quanto aos procedimentos concursais há regras tal como nos concursos. Há júris que são nomeados para o efeito e enquanto os procedimentos não estiverem conclusos ou estejam naquela fase em que se pode divulgar informação, nem nós próprios, executivo, podemos saber porque há regras e, portanto, por muito que gostasse de lhe dizer, se calhar daqui a quinze dias já o pode fazer porque certamente que haverá pessoas que são admitidas, outras que são excluídas, outras que irão recorrer e poderão vir a ser admitidas.-----

Neste momento não há informações concretas. Quando o processo estiver todo concluído e nós podermos prestar informação certamente que iremos trazer aqui à Assembleia de Freguesia todos os dados a começar

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

pelos números de candidatos que foram aos concursos e, portanto, tudo aquilo que sucedeu durante os procedimentos.-----

O senhor Vogal também tem de compreender que de facto nós sempre procurámos regularizar a situação de pessoas que possam estar ao nosso serviço e que nós necessitamos de ter ao nosso serviço e que não podem vir logo por concurso porque o tempo que demora e a necessidade que nós já temos das pessoas, medeia algum tempo.-----

Agora até as regras são um pouco diferentes relativamente aos concursos, parte do princípio de que serão mais rápidos e é esse o nosso desejo, mas antigamente menos de seis meses era difícil e as pessoas tinham de vir noutras condições. Julga que nunca houve ninguém que se queixasse que a Junta de Freguesia não tivesse atenção mesmo com os trabalhadores que viessem em recibos verdes.-----

Não gosta da expressão que utilizou “tarefeiros”, julga que tem uma conotação que, para si, tem um efeito negativo, mas sim, há contratos de tarefa e contratos de avença. A verdade é que as prestações de serviços podem ser de uma forma ou de outra. Mas são trabalhadores que para nós são colaboradores que estão connosco e, portanto, nunca os discriminamos dessa forma.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) menciona não quererem que a senhora Presidente fique aborrecida, mas a pergunta é simples e já foi feita pela bancada da CDU e talvez o Vogal Filipe Borregana quisesse ter perguntado pelos avisos de abertura de concurso, quantos avisos de abertura é que estão neste momento vigentes. Essa é uma pergunta.-----

Depois, se há conhecimento da ata de candidatos admitidos a concurso. Essa é outra pergunta. Se depois são admitidos é porque apresentaram os requisitos necessários, portanto, são perguntas simples e o RGPD não vai contra isto.-----

O júri do concurso é conhecido e pode dizer quem é? São perguntas tão simples e não terem resposta a isto, no mínimo vão abster-se e não podem votar a favor não tendo aqui esta informação que julga que toda a assembleia merece ter.-----

O presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere querer apenas elucidar a senhora Presidente que quando o próprio se refere a “tarefeiros” não está a denegrir os funcionários, mas sim mesmos os contratos por tarefa que são assinados. O RGPD não o permite, mas vão ao Base e sabem exatamente o nome de qualquer um dos que estão a recibos verdes na Junta de Freguesia. Por isso, quando se refere a “tarefeiros” é o tipo de contrato que têm e não a referir-se aos funcionários a denegrir.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, dirigindo-se ao senhor Vogal Filipe Borregana, declara que legalmente é um contrato de tarefa em prestação de serviços, mas a própria palavra não lhe agrada porque não os tratam desta forma uma vez que são colaboradores. Objetivamente é um contrato de tarefa sim.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Relativamente ao senhor Vogal Carlos Diogo, disse há pouco que há coisas que não podem sair, há procedimentos e enquanto estes decorrerem, as entidades externas ao procedimento não podem ter informação concreta. É de lei e não somos nós que não queremos.-----

Quanto aos avisos que estão abertos refere que os mesmos estão publicados no nosso site, no Diário da República e no BEP.-----

Isto não é matéria para ser aqui apreciada, portanto, não trouxeram nada, mas se quiser saber é uma questão de ir consultar ao nosso site porque a informação está disponível e não há nada a esconder. É público os concursos que estão abertos e, neste momento, são dois.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) declara que isto é uma questão de nomenclatura e de sonância. Antes trabalhavam, agora colaboram.-----

Quanto ao Vogal Carlos Diogo, informa que os concursos que estão a decorrer são para sete postos de trabalho, julga que sejam três para o cemitério e quatro para as funções do exterior.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Torres.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) refere querer dar uma acheга relativamente à questão da transparência, ou falta dela, dos procedimentos concursais que há entidades que vão pondo nos seus portais a informação introdutória das fases do procedimento, como é que está, datas previstas de conclusão. Julga que seria isso que estava em causa. Há entidades que o fazem e outras não. Realmente o RGPD como costuma dizer, dá para tudo e não dá para nada.-----

O Vogal Carlos Diogo estava a queixar-se da falta de informação do decorrer do procedimento e é disso que estão a falar. A partir do momento em que são fechadas as candidaturas, há a primeira apreciação e há logo uma lista que tem de sair que é a dos admitidos e excluídos, como estes procedimentos são mais simplificados não haverá muitas mais e depois há os métodos de seleção que não são muitos e sai o resultado final, mas a questão aqui é que julga que não há informação de nada, ou os procedimentos estão atrasados ou parados.-----

Às vezes tem dificuldade em compreender algumas respostas porque parece que não encaixam exatamente no que foi perguntado e, por isso, também pede este esclarecimento, o que é que está aqui em causa exatamente e qual é a informação que não pode ser transmitida.-----

O Presidente da Mesa declara ter permitido uma troca de impressões entre os senhores vogais e a senhora Presidente e julga estar tudo esclarecido, mas parece que o Vogal Carlos Diogo ainda quer intervir, dando a palavra ao mesmo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere que aqui somos um órgão acima de tudo político, é uma Assembleia de Freguesia e estão a analisar tudo politicamente. Claro que pode ir ao portal, pode ver n coisas, mas queria ouvir era do executivo para depois tirarem n elações e isso é que lhe interessava. E porquê? Há aqui questões de cabimento orçamental, há questões como se disse e muito bem, a transferência de competências, há toda

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

uma série de questões e toda uma abordagem mais sistémica do que abrir o concurso e de verificar se o mesmo foi aberto, etc. por isso é que foi dando a palavra algumas vezes à senhora Presidente para tentar explicar politicamente o que estava a ser feito.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca o ponto 5 à votação.-----

Votação: A favor 13 (PS - 8; CDS - 1; CH - 2; BE - 2); Abstenções 7 (PSD - 3; CDU - 3; IL - 1).-----

O ponto 5 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal António Caxaria.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) declara querer fazer uma declaração de voto e passa à respetiva leitura:-----

Em todos os pontos da Ordem de Trabalhos em que está referido a celebração de contratos interadministrativos entre a Câmara e a Junta, eu abstive-me. Eu abstive-me por dois motivos: Um positivo porque considero que é útil para os cidadãos da freguesia as competências ficarem mais próximas dela, portanto, as competências irem para as freguesias.-----

Por outro lado, considero negativo a Câmara Municipal transferir competências para a Junta sem lhe transferir globalmente os recursos para tal. Portanto, creio que é uma forma de desresponsabilização e isso é um fator negativo que me levou a abster.-----

Atendendo à retirada de um ponto da Ordem de Trabalhos e à alteração da numeração dos restantes pontos da mesma, o Presidente da Mesa passa ao ponto 6 da respetiva Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Oculista Central de Queluz”**.-----

A Vogal Inês Fernandes (CDU) pede a palavra e declara querer fazer uma proposta no sentido de tendo em conta a matéria deste ponto e do ponto seguinte ser bastante similar, faziam a discussão e a votação em conjunto, caso haja acordo nesse sentido.-----

Face ao exposto, o Presidente da Mesa propõe à Assembleia a junção do ponto 6 e do ponto 7 e passa à leitura do ponto 7 da ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Olhar Definido, Óptica e Serviços, Lda”**.-----

Após a leitura do respetivo ponto e tendo a concordância da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas coloca à votação a junção dos pontos 6 e 7 da Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Torres.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) declara que relativamente à lei habilitante que é feita nos protocolos faz a remissão primeiro para o código do procedimento administrativo para a versão que já não está em vigor,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

agora é o Decreto-Lei n.º 4/2015. De qualquer maneira faz aqui a remissão para normas que dizem respeito a regulamentos e isto é um protocolo. É só esta questão. Porquê?-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que de facto estes pontos da ordem de trabalhos são idênticos. São duas entidades da União das Freguesias que se dirigiram voluntariamente à Junta e apresentaram a sua disponibilidade para celebrar um protocolo com a Junta de Freguesia para de alguma forma apoiar e beneficiar alguns cidadãos carenciados da freguesia.-----

Nesse sentido, foi desenvolvido o trabalho com a Vogal do pelouro, Ana Pacheco, e é hoje apresentada esta proposta de protocolo.-----

Antes de mais, queria referir que o Decreto-Lei n.º 442 quando se refere ao código de procedimentos administrativos diz, na sua atual redação, portanto, ele está sempre atualizado. Quando a redação diz 442/91 na sua atual redação, ou seja, este ou outro diploma, os diplomas estão sempre atualizados. Nós estamos a referir-nos sempre à atualização mais recente dos respetivos diplomas.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) refere que ... regulamentos administrativos, se não é isso, então ainda se entende menos porque a norma que está na constituição fala do poder regulamentar das autarquias locais. Se estes artigos estão corretos então estamos a falar de artigos que não têm nada a ver com esse assunto o que torna isto ainda mais incompreensível.-----

O que está a chamar à atenção é que isto provavelmente são aquelas coisas de minutas que vão sendo alteradas ao longo do tempo e houve aqui alterações que falharam. Por isso, seria bom antes de o protocolo ser celebrado que isso fosse corrigido. As normas a que se querem referir não estão nestes números destes artigos.-----

Prosseguindo a sua intervenção, a Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que o essencial destes protocolos é de facto aquilo que consta na cláusula terceira, pela qual estas entidades se comprometem a garantir a doação anual de seis armações para óculos graduados, de acordo com os artigos disponíveis e definidos pela Óptica Central, Queluz, neste caso, garantir a doação anual de seis pares de lentes que depois tem as especificidades, consoante descrição médica e disponibilidade dos artigos, assegurar anualmente quatro consultas de optometria para estes beneficiários.-----

Tudo isto, desde que, a Junta de Freguesia remeta os beneficiários depois da respetiva avaliação e que eles estejam abrangidos pelos critérios dos nossos regulamentos.-----

Portanto, são entidades que voluntariamente se disponibilizaram para ceder estes materiais. O texto na cláusula terceira é idêntico nos dois protocolos e procurámos também aqui uniformizar o critério de atribuição a uns e/ou a outros.-----

A questão aqui é única e simplesmente o artigo 112 da constituição que pode ser retirado e alteramos aqui o texto no sentido da sua retirada. Não há problema.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Paulo Torres (CH) refere que o 112 é desnecessário e questiona se, isto é, um regulamento ou um protocolo. O 241 fala do poder regulamentar das autarquias locais. A seguir, no código de procedimento administrativo anterior, os artigos 114 e 119 tinham a ver com os regulamentos administrativos.-----

O novo código do procedimento administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, que é um novo, não é o anterior republicado.-----

Só está a chamar à atenção para não ficar no protocolo expresso um grande disparate, mas tudo bem.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que não fica tudo bem. Se subsistem dúvidas, não fica tudo bem.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) refere que a principal dúvida nem tem a ver com o remeter para normas revogadas quando devia remeter para as novas. A questão não é essa.-----

Isto é um protocolo ou é um regulamento?-----

A Presidente declara que ao abrigo do nosso poder regulamentar nós podemos aprovar protocolos, podemos aprovar outro tipo de propostas, projetos, etc. Se o senhor Vogal está ciente daquilo que diz, nós não temos esse entendimento.-----

O Vogal Paulo Torres (CH) refere que o decreto-lei que citou diz: o presente decreto-lei aprova o novo código do procedimento administrativo.-----

Se é um novo não tem nada para republicar, mas continuamos com a mesma questão, se isto é um protocolo ou é um regulamento. E isto era para ser uma questão secundária.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que esse diploma republica o código de procedimento administrativo.-----

Por fim, informa que a Junta de Freguesia retira as duas propostas constantes nos pontos 6 e 7 da Ordem de Trabalhos e trará os mesmos numa próxima sessão.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) refere que relativamente a um destes protocolos, o segundo, com a Ótica tinha um pedido de esclarecimento à senhora Presidente da Junta. Acha bem que a sociedade civil esteja envolvida e as empresas civis estejam envolvidas neste tipo de atuações, mas em determinada altura fala que as pessoas abrangidas no número três, da cláusula terceira, as pessoas que não se encontrem em situações de carência também são abrangidas desde que sejam referenciadas pela primeira outorgante.-----

O Presidente da Mesa interrompe o Vogal Luís Garcez para informar que estes pontos de que está a falar já foram retirados, de modo que a sua intervenção ficará para uma próxima oportunidade e dá a palavra ao Vogal Paulo Torres.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Paulo Torres (CH) refere que o ponto 6 que foi retirado da ordem de trabalho foi sujeito a votação para ser retirado. Só está a questionar se o procedimento vai ser o mesmo.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) esclarece que foi votado porque houve uma proposta de uma das bancadas, isto inicialmente, a retirada de um ponto e foi votada aqui nesta assembleia. Neste caso, há dúvidas sobre dois pontos. A ordem de trabalhos está votada. O executivo diz que retira os dois pontos visto que não se consegue esclarecer esta dúvida, retira os pontos e não vai ter de ser votado. Se os pontos “são” do executivo, apesar de estarem aqui, se retiram os pontos para virem numa próxima assembleia não é necessário haver qualquer votação.-----

A única coisa que a Mesa terá de referir é que os pontos 6 e 7 foram retirados e agora o ponto 8 passa a ponto 6, o ponto 9 passa a ponto 7 e o ponto 10 passa a ponto 8.-----

Como foi retirado pelo executivo não requer qualquer votação a retirada destes pontos.-----

O presidente da Mesa declara que os pontos 6 e 7 foram retirados da ordem de trabalhos. Entretanto, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas informa que também retira o ponto 8.-----

Assim sendo, informa que passam de seguida a discutir o ponto 6 que era o ponto 9.-----

Passa então à leitura do ponto 6 da Ordem de Trabalhos **“Apreciar e votar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão Orçamental do ano de 2023 com Integração do Saldo da Gerência 2022”** e dá a palavra à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

Antes da intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia, o Vogal João Paulo Silva (PS) solicita um ponto de ordem à Mesa e refere que já está a ficar baralhado. Que o próprio saiba, há pouco foi votado e foi retirado o ponto 6 e houve uma deliberação nesse sentido. Neste momento, foram retirados pontos 7 e 8.-----

Entretanto os restantes vogais referem ter também sido retirado o ponto 9, ao que o Vogal João Paulo Silva informa não se ter apercebido que este ponto também tinha sido retirado.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que relativamente a este ponto da ordem de trabalhos trazemos aqui a 1ª Revisão Orçamental do ano de 2023 com a incorporação do Saldo da Gerência 2022. Porquê de o fazer neste momento? Tem a ver com o tornar exequível também a aprovação dos protocolos e dos contratos interadministrativos que já foram aqui aprovados porque nesta Revisão Orçamental está já prevista a verba para a sua execução e, tal como, também disse, a integração do saldo da conta da gerência anterior no valor de 124 mil, 186 euros e 53 cêntimos. Se se for analisando a revisão, há aqui também alterações porque há verbas que passam de umas rubricas para outras nomeadamente as que dizem respeito ao PRR e outras competências porque vinham da administração central e agora vêm da administração local, ou seja, do município para a Junta e não da administração central diretamente e que é o que acontece com o PRR porque, à partida, quando nós aprovámos aqui a revisão de 2022 o objetivo era que a verba viesse diretamente da administração central.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Em termos orçamentais de mapa orçamental tem de haver este respetivo ajustamento. Como disse, tem também a ver com a integração das verbas dos excedentes dos 20% nomeadamente e casuisticamente consoante os protocolos que já foram aqui aprovados, as verbas que foram aprovadas e que são automaticamente integradas nesta Revisão Orçamental.-----

Para já, é o que lhe cumpre informar, mas estará disponível para qualquer esclarecimento que pretendam colocar.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) declara que relativamente à Revisão Orçamental, tem dúvidas quanto ao saldo transitado e vai ter de fazer perguntas sobre um documento que não está aqui a votação, mas que lhes foi entregue para perceberem como é que chegaram ao saldo transitado e que é o mapa de demonstração do desempenho orçamental que foi aprovado pelo executivo e onde é aferido o saldo de gerência.-----

De acordo com o mapa de demonstração do desempenho orçamental e comparando o mesmo com o relatório à data 30 de novembro, ou seja, com um mês de diferença, a Junta de Freguesia apresenta uma despesa durante o mês de dezembro de 488 mil, 781 euros e 50 cêntimos que representa 16,14% do total das despesas, ou seja, mais que duplicaram o valor médio mensal que estava até 30 de novembro de 2022 que era de 230 mil, 848 euros e treze cêntimos.-----

E aqui o que lhe suscitou a dúvida foi, de repente na aquisição de bens e serviços que está por grandes grupos e não tem forma de dividir mais isto. Na aquisição de bens e serviços até 30 de novembro, havia um gasto mensal médio de 130 mil 556 euros e 90 cêntimos. No mês de dezembro parece que foram às compras de Natal, passou de 130 para 208 mil 343 euros e 74 cêntimos.-----

Nas transferências correntes, a média mensal até ao final do mês de novembro era 7 mil 774 euros e 57 cêntimos. Durante o mês de dezembro gastaram-se 77 mil 930 euros e 69 cêntimos nesta rubrica. É isto que gostaria de perceber o porquê.-----

Na aquisição de bens de capital até 30 de novembro tinham gasto uma média de 1 971 euros e 85 cêntimos, durante o mês de dezembro gastaram 90 mil 573 euros e 90 cêntimos.-----

Gostariam de perceber onde é que este dinheiro foi gasto para perceberem como é que chegaram a este saldo de gerência a transitar.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas agradece ao senhor Vogal Filipe Borregana por ter colocado estas questões e refere que de facto a execução orçamental até dezembro aumentou substancialmente e isso vai ser visto mais concretamente um pouco mais à frente porque no mês de dezembro há tranches de protocolos que são pagas em dezembro, recebemos também transferências de verbas da Câmara Municipal de Sintra no âmbito dos protocolos com a Câmara. Aquisições, nós temos aqui despesas com a Ação Social no mês de novembro e dezembro que são meses em que há um acréscimo de encargos com a Ação Social e também iniciámos procedimentos que têm a ver com reabilitação de habitações que são da Junta e também foi no final do ano que lançámos os procedimentos e eles foram aprovados e foram adjudicados. Portanto, nesse sentido há aqui um acréscimo de facto substancial.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Também temos sempre a questão dos materiais para as escolas.-----
No âmbito dos protocolos, em dezembro acabam por ter um acréscimo de despesa, mas depois pode discriminar mais concretamente sendo que este documento foi preparado e elaborado pelos técnicos, portanto, não está a pôr em causa os valores, mas está a colocar a questão sobre os valores. E está a explicar-lhe aquilo que foi o nosso procedimento durante o mês de dezembro e procurámos sempre pagar todas as faturas, aliás, quando chegamos ao mês de dezembro também procuramos não só que recebamos tudo aquilo que já devíamos ter recebido, como por exemplo, as transferências que acabam por vir já no final do ano e já acabam por aumentar o valor das receitas e já não são despesas que possam ser muitas vezes executadas na sua totalidade, mas também houve aqui de facto um fator excepcional que foi precisamente esta nossa necessidade de avançar com a recuperação de telhados de diversas habitações. Em alguns casos são habitações, noutros casos são instalações onde estão algumas instituições nossas que devido às chuvadas se deterioraram e nós tivemos de avançar com essa responsabilidade. Podiam ter esperado pelo início do ano, mas o problema é que com as chuvadas a situação não se podia agravar.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----
O Vogal Filipe Borregana (CDU) menciona que vão esperar pelo fecho das contas que também deve estar para breve e deve vir um pouco mais explicado, só que o próprio tinha estas dúvidas e até pensou que a aquisição de bens de capital fosse o mais fácil de explicar, mas julga que não é bem assim porque de acordo com o que está no Base, se houve uma adjudicação de empreitadas de obras públicas para a reparação de imóveis, a mesma foi adjudicada a 30 de novembro de 2022, no valor de 67 mil euros e ainda faltam aqui mais quase 30 mil euros de despesas de aquisição de bens de capital.-----
Não vê grandes investimentos na freguesia e de repente ter havido um aumento de investimento em bens de capital, achou estranho, mas ficou à espera e agora quando vier o fecho de contas e, para já, esta era a questão técnica. Agora vai para a questão política e funciona já como declaração de voto. (ANEXO 3)-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----
O Vogal Carlos Diogo (PSD) não sabe se percebeu bem se a senhora Presidente se referiu às despesas de capital como arranjo de telhados de fregueses e questiona se assim foi.-----
As despesas de capital se forem telhados, têm de ser telhados de edifícios da Junta de Freguesia. Posteriormente, refere já ter percebido, mas não deixa efetivamente de observar que a despesa aumentou cinco mil vezes mais.-----
Relativamente aos cemitérios, ouviu com atenção o Vogal da CDU referir-se ao PSD que tinha votado a favor do aumento das taxas, pois bem, se calhar muito desse dinheiro é pago através do estado e pago através da Segurança Social, esse dinheiro que depois através dos cemitérios reverte como receita para a Junta de Freguesia. Desde que ele seja depois distribuído na Ação Social.-----
Aprovaram aqui um regulamento de taxas como o Vogal da CDU costuma dizer, para o cemitério. E está a dizer que muito desse dinheiro que é pago pelas pessoas advém de dinheiro da Segurança Social. Não é a pessoa que está ali a fazer um esforço a pagar isto ou aquilo, portanto, é bom que se vá verificar.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Estão a favor que os valores do cemitério se mantenham. Isto respondendo politicamente àquilo que a bancada da CDU disse que a bancada do PSD tinha votado a favor das taxas, mas dizê-lo, se o executivo o aplicar bem na área social, só vemos com regozijo que efetivamente alguns possam suportar o que os outros nada podem suportar.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) dirigindo-se ao Vogal Carlos Diogo, refere que sobrou dinheiro que foi transitado de um ano para o outro à Junta de Freguesia. Se se baixasse as taxas em 25% ainda sobrava dinheiro para a Junta. Por isso não foi aplicado em ação social. Esta é a primeira parte.-----

A segunda parte é que não percebeu como é que a Segurança paga taxas de cemitérios. Tirando algum caso excecional que serão os enterros (tem um nome técnico do qual não se recorda) que será a Segurança Social a pagar, todo o resto é pago pelos fregueses. Não há taxas de cemitérios pagas pela Segurança Social com exceção de alguns casos muito específicos.-----

O presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) agradece as palavras do Vogal Filipe Borregana e o mesmo rapidamente respondeu à pergunta dele. Concluiu perfeitamente que há exceções, mas a exceção por acaso é a regra. Há menos casos em que as pessoas suportam e quem suporta efetivamente é o estado e o próprio explicou que depois poderá ser feita e aí já cabe ao executivo com uma aprovação nossa, aplicar esses excedentes na esfera social. Não vê aqui nenhum inconveniente.-----

O Presidente da Mesa volta a dar a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere saber que o PSD não vê problema nenhum se votou favoravelmente estes aumentos de taxas, isso já perceberam. São pontos de vista e quando aprova os orçamentos baseados nestas taxas automaticamente está a aprovar que esse dinheiro que se faz das taxas vai ser encaminhado para qualquer coisa. Não há nada específico.-----

Aproveita para deixar um repto à Junta. De acordo com as declarações do Vogal Carlos Diogo gostava de saber quantos funerais sociais (é assim que se chamam) houve, pagos pela Segurança Social.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas que por sua vez passa a palavra ao senhor Vogal Joaquim Casimiro.-----

O Vogal Joaquim Casimiro cumprimenta todos os presentes e declara ter o pelouro dos cemitérios e informa que a Segurança Social não paga qualquer tipo de valor em funerais diretamente à Junta. Os funerais são pagos diretamente às agências funerárias. Como normalmente esses funerais sociais, nós isentamos taxas. O que quer dizer que nós não recebemos dinheiro da Segurança Social para esses funerais sociais.-----

Portanto, a Segurança Social paga diretamente à agência, não há aqui nada disso. Os cemitérios são suportados pelas próprias pessoas que lá têm os seus entes queridos essencialmente, mas também é investido dinheiro lá dentro porque aquilo tem obras para fazer, tem ossários para vender e construir e para



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

se alugar e gavetões e há também manutenção porque é necessário tirar ervas, o pessoal que lá está é preciso ser pago, ruas limpas, capelas arranjadas porque ambos têm duas capelas e essas coisas todas.-----
Portanto, algum dinheiro que é feito lá vai para a Ação Social porque esta não tem autofinanciamento suficiente para, nem com aquilo que o próprio município dá e é feita uma redistribuição, é uma coisa normal. Agora, a Segurança Social não paga nada à Junta para funerais.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----
A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que como colocaram dúvidas relativamente às obras das habitações, já agora também podem aqui prestar alguns esclarecimentos e neste sentido, dá a palavra à senhora Vogal Ana Pacheco para responder.-----

A Vogal Ana Pacheco cumprimenta todos os presentes e esclarece o seguinte: como sabem, a união de Freguesias de Queluz e Belas é proprietária de várias habitações de cariz social, não são casas de habitação social, são de cariz social. Estas casas foram herdadas da antiga Junta de Freguesia de Belas que por sua vez herdou-as da Câmara Municipal de Sintra, que por sua vez as herdou do IGAP.-----

São fruto de construções de umas cheias muito conhecidas que ocorreram em 1967, foram construídas estas habitações e infelizmente esta Assembleia de Freguesia já sabe, nós temos tido um trabalho árduo de legalização e de renovação de contratos destas casas e aquilo que vai dizer não é colocar em questão nem a intervenção da Câmara Municipal de Sintra, nem da Junta de Freguesia de Belas, mas o que consta hoje nos processos que nós herdámos em 2013, não existe qualquer registo de obras nestas casas.-----

Portanto, estas casas estão construídas desde 1968, por aí, são casas que foram construídas rapidamente, são pequenas e nunca tiveram obras de reabilitação.-----

Estas casas foram as pessoas que lá vivem que foram fazendo chegar à Junta algumas preocupações e a 12 de dezembro houve como todos nós sabemos uma grande chuvada que já aqui também foi falada pelo Vogal Jorge José que até referiu que acompanhou e que houve uma derrocada na Avenida Miguel Bombarda, mas não afetou só esta avenida, toda a freguesia foi afetada, aliás, todo o concelho e todo o país.-----

Felizmente o nosso concelho e a nossa freguesia não tiveram situações de vidas em perigo, mas quem se recorda, morreu uma senhora em Lisboa.-----

Os problemas de infiltração que foram sendo reportados agravaram-se significativamente em duas habitações de cariz social e em dois imóveis da Junta de Freguesia. Um que está cedido a duas instituições que é o antigo lavadouro de Queluz que está cedido ao Grupo Coral de Queluz e aos Escoteiros Grupo 23 de Portugal.-----

Como tem o património imóvel foi por isso que a senhora Presidente pediu para intervir para explicar que este investimento de capital tem a ver com isso. Houve realmente infiltrações que se agravaram e nós priorizamos o bem-estar das pessoas e o bem-estar das nossas instituições e o das pessoas era prioritário e em termos de procedimento de contratação administrativa, como todos sabem, não pode haver divisão de despesa e nós quisemos resolver como um todo estas questões.-----

Portanto, esta despesa de capital é este investimento. O Vogal Filipe Borregana até já disse quando é que foi publicado no BaseGov o procedimento e a que é que se refere e é precisamente isto. Foi utilizado uma figura

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

da lei que se chama procedimento de urgência porque era urgente. Entretanto, com o agravamento das intempéries e estamos a falar de telhados, não se pode destelhar uma casa a chover, foi feito um paliativo. Neste momento, pode dizer que há uma das casas que já tem o telhado todo novo, está todo substituído, a segunda casa está a ser reparada. Por isso, a despesa de capital é esta. Este valor tem a ver com estas duas casas e, como diz, não põe em causa que possa ter havido ou não obras. Nós não temos qualquer registo de obras de beneficiação nestas casas.-----

Portanto, como devem compreender, casas de 1968 de habitação de custo controlado ou habitação social e pessoas que pagaram ao longo da vida, quando nós recebemos estas habitações pagavam 4,15€ de renda. Temos estado progressivamente a atualizar e a cumprir as regras porque isso também foi outra questão que tivemos de explicar às pessoas porque é que de três em três anos, por lei, somos obrigados a rever as rendas de habitação de carácter social e que algumas já não pagam os 4.15€ porque têm capacidade para pagar mais, mas também em 2022 houve pessoas que devido à alteração da sua situação familiar passaram a pagar menos. A lei diz que de três em três anos temos de atualizar rendas.-----

Isto para explicar ao Vogal Carlos Diogo que as casas são nossas e foi essa a intervenção. Também fizemos e tentámos fazer ao longo dos anos e continuamos disponíveis e as pessoas sabem que aqueles que quiserem adquirir porque já sentem que aquelas casas são deles, que já não são casas que têm um arrendatário e são pessoas que lá vivem desde 1968, nós continuamos disponíveis, como já veio a esta Assembleia de Freguesia, de alienar este património a favor das pessoas que lá estão porque temos pessoas com setenta, oitenta anos e que gostariam de adquirir a sua casa ao preço que depois é avaliado porque temos de cumprir a lei e por aí fora. Era para explicar isto e o porquê de ter sido de carácter urgente. Nós temos feito coisas paliativas, mas houve uma urgência que se conseguirmos, no próximo relatório de atividades que a senhora Presidente apresentar, anexamos fotografias para verem porque é que elas foram intervencionadas.-----

Não havendo mais intervenções e de forma a não que surjam dúvidas, o Presidente da Mesa faz o ponto de situação relativamente à alteração da Ordem de Trabalhos. Foram eliminados, por proposta dos proponentes e que foi o executivo da Junta, o ponto 6, 7, 8 e 9.-----

O ponto que acabou de estar em discussão passou a ser o ponto 6 que vai voltar a ler para propor à votação “Apreciar e votar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão Orçamental do ano de 2023 com Integração do Saldo da Gerência 2022”.-----

Votação: A favor 12 (PS – 8; CDS – 1; BE – 2; IL – 1); Contra 4 (PSD – 1 – CDU – 3);-----

Abstenções 2 (PSD – 2; CH – 2).-----

O ponto 6 foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal António Caxaria.-----

O Vogal António Caxaria (PSD) declara que quer fazer a seguinte declaração de voto:-----

Quando se votou o orçamento da Junta de Freguesia para 2023, o PSD votou contra devido aos princípios e às políticas explanadas nesse documento.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Nesta revisão orçamental considero que as políticas e os princípios continuam os mesmos, daí o meu voto ter sido negativo.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra o Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) refere ser apenas para justificar que se abstiveram e que não são contra as revisões orçamentais, mas abstiveram-se porque também votaram contra o orçamento de base e continuam a considerar que não responde verdadeiramente às necessidades e àquilo que se propunha, mas quanto às revisões não se opõem porque são necessárias.-----

O Presidente da Mesa passa ao ponto 7 da Ordem de Trabalhos **“Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião”** e dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) refere que este ponto que trazia guardado já foi aqui falado e tem a ver precisamente com o contrato que estava no BaseGov de 60 mil euros e 720 que não percebeu exatamente quais eram as obras urgentes. Já percebeu que são os telhados das habitações.-----

Não deixa de qualquer forma de lamentar que habitações da Junta de Freguesia tenham chegado a um ponto tal em que uma chuvada lhes deu cabo do telhado transformando o caso numa urgência. Percebe que o caso tenha sido herdado, mas de qualquer forma a União das Freguesias já existe desde 2013 e estamos em 2023, passaram-se dez anos. Estas obras deviam ir sendo feitas devagar, ao longo dos anos, vivem lá pessoas e é uma habitação da Junta de Freguesia, não estamos a falar de investimentos na casa das outras pessoas.-----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) refere que vai falar de uma questão que não é da União de Freguesias, mas sim da Câmara e é uma vergonha o que falar. Foi inaugurado o Parque Urbano da Serra da Carregueira que tem milhares de euros gastos na iluminação e nas cabines para a transformação. Então e a Avenida João de Belas? Está ali um perigo e a Câmara não vê. Abriram um buraco para a ligação do cabo da eletricidade, deixaram o buraco aberto e só foi tapado porque houve a intervenção rápida do senhor Presidente e foi à sua frente porque falou com o mesmo. Falou a uma sexta-feira e no sábado de manhã estavam a tapar o buraco, mas continua sem passeio obrigando as pessoas a ir para a estrada e a seguir há uma paragem de autocarros e a iluminação continua sem ser ligada.-----

Gostava que a senhora Presidente colocasse o problema à Câmara.-----

Refere ainda que houve aqui obras de manutenção e parece-lhe que a Quinta da Fonteira deve ser de outro concelho porque tem ruas que estão de facto uma vergonha, cheias de buracos, tais como, Rua João José de Aguiar e Rua Costa Reis e à volta dos Impasses. É preciso alguém dizer que aquelas ruas precisam de intervenção.-----

Outro assunto prende-se com a mobilidade de transportes e fica feliz porque foi feita a carreira que nasce em Casal de Cambra e segue para o Monte Abraão, ou seja, no futuro irá apanhar as pessoas que queiram ir para o Centro de Saúde. Outra carreira também com grande benefício para a freguesia ou para a União de

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Freguesias foi uma carreira que nasce em Massamá-Tercena e que percorre toda aquela zona, a Quinta da Barota, vai ao Continente, passa na Idanha, em Belas e regressa a Massamá.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que o assunto que vai colocar tem a ver com o Centro de Saúde de Belas, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Belas que neste momento tem 25 256 utentes, dos quais 24 239 não têm médico de família, ou seja, 95,97% da população de Belas não tem médico de família. Existe para esta população toda um médico de família no Centro de Saúde.-----

Sabe que isto não é responsabilidade da Junta, mas gostariam de saber se a Junta tem conhecimento deste facto, destes números que são horríveis e se já tomou alguma medida para tentar que este assunto fosse resolvido. A colocação dos médicos não é da responsabilidade da Junta, mas se a Junta tem conhecimento gostariam de saber se já tomou alguma medida para que este assunto fosse resolvido urgentemente.-----

Aproveita para perguntar também se já está prevista uma data de término da obra do Centro de Saúde de Belas que a senhora Presidente acompanha de acordo com os relatórios que vêm da Presidente da Junta a estas assembleias.-----

Querem saber também se sabe se o Ministério da Saúde vai garantir o seu pronto funcionamento assim que tiver pronto porque uma coisa é o Centro de Saúde estar pronto e outra coisa é o Ministério da Saúde equipá-lo e pô-lo a funcionar e também querem saber se tem conhecimento se o Ministério da Saúde vai garantir o seu funcionamento com recursos humanos necessários correspondentes ao estabelecido para o seu funcionamento, ou seja, porque neste momento além de Belas não ter um Centro de Saúde na própria freguesia e que está a ser construído, tem um médico de família para 25 mil utentes. É isto que gostaria de saber se obtêm algum esclarecimento por parte do executivo.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas declara que relativamente à questão colocada pelo senhor Vogal Jorge José devido ao buraco na Rua João de Belas que é da E-REDES, não é da Câmara. No caso em concreto, a Junta de Freguesia já fez diversas reclamações que já seguiram para a E-REDES e para a Câmara.-----

Relativamente às questões que foram diretamente colocadas à Junta de Freguesia sobre o Centro de Saúde, pelo senhor Vogal Filipe Borregana, se a Junta de freguesia tem conhecimento destes números. Não. A Junta de Freguesia não tem conhecimento desses números.-----

A Junta de Freguesia tem conhecimento atualizado dos números e vai-lhe dizer atualizadamente quais são os mesmos.-----

Sabemos que em Monte Abraão estão 14 mil utentes residentes em Belas. Sabemos que vão transitar para Belas, 11 mil desses utentes, isto informação muito recente transmitida pelo ACES. O Centro de Saúde quando for inaugurado, só será inaugurado depois de ser apetrechado com equipamentos e com os médicos que, à partida, pode desde já dizer, que são pelo menos quatro médicos contratados. Não fala dos médicos que podem vir em prestação de serviços para complementar esses serviços, mas contratados, está previsto serem quatro.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O que significa que desses 11 mil utentes, 7 500 ficarão já adstritos aos quatro médicos e os restantes ficarão com os médicos em prestação de serviços. Há 3 mil utentes, falou primeiro em 14 mil e depois em 11 mil, que têm médico de família no Centro de Saúde de Monte Abraão e esses utentes ficarão, em princípio, no Centro de Saúde de Monte Abraão e porquê? Porque normalmente querem ficar com o médico de família no Centro de Saúde no Monte Abraão. Essas pessoas só virão para Belas se quiserem vir voluntariamente.-----
Relativamente à abertura, ainda não há data e só ocorrerá depois do apetrechamento. Ele está quase pronto em termos de obra, mas falta o equipamento e falta a colocação dos médicos.-----
Tem estado sempre em colaboração com a Câmara tanto que existe esta informação atualizada e a Câmara reúne também com o ACES e o nosso interlocutor que é o Dr. Gonçalo Envia que faz parte até de uma comissão e, portanto, estamos com esta informação atualizada ao dia e são estes os dados.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----
O Vogal Filipe Borregana (CDU) solicita à Mesa que depois peça à senhora Presidente esses números porque não conseguiu tomar nota de todos. Há um portal que se chama Dados do Portal da Transparência do SNS que não batem certos com os dados da senhora Presidente relativamente ao Centro de Saúde de Belas.-----
O que lá consta é que na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizado de Belas existem inscritos 25 256 utentes que destes, 24 239 não têm médicos de família.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----
O Vogal Paulo Mourão (BE) refere que só queria reforçar aquilo que já foi referido. O número de utentes do centro de Saúde de Belas é de facto o que está referido no portal, a transparência do Serviço Nacional de Saúde só que uma boa parte não são de Belas e a senhora Presidente referiu os que são de Belas.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----
O Vogal Luís Garcez (CH) refere querer dar um contributo e só para deixar o Vogal Filipe Borregana descansado, os números dizem aquilo que a gente quer que eles digam e as estatísticas funcionam assim porque desses utentes que estão inscritos, não corresponde de qualquer forma às pessoas que residem em Belas e que necessitavam de serviços do Centro de Saúde porque muitas delas pertencem a outros Centros de Saúde, da Amadora e de outros lugares e ficaram juntamente com familiares de outras zonas.-----
Portanto, esses números serem apenas para se entreterem e fazerem contas porque o que interessava era fazer um levantamento dos residentes e saber quem é que pertence àquela zona. Esses números minimamente respondem às necessidades que efetivamente existem nas localidades.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----
O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que então significa que há 25 mil utentes inscritos no centro de Saúde de Belas independentemente de onde eles moram. 24 mil não têm médicos de família, 95,97% e o único problema que não há problemas nenhuns porque afinal os que estão inscritos não moram em Belas. Não há problemas nenhuns na Unidade de Saúde de Belas. As justificações todas que aqui estão a dar é que não há problemas nenhuns porque afinal destes 25 mil, os números dizem o que querem.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) refere que desde fevereiro que já foi feita a divisão dos utentes que vêm para Belas. Por acaso sabia porque esteve a falar com o seu médico sobre isto. Os números que a senhora Presidente referiu correspondem realmente ao que o mesmo referiu.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa passa à leitura da ata em minuta e dá a palavra ao Vogal Paulo Borges.-----

O Vogal Paulo Borges 1º Secretário) passa a ler a ata em minuta e, após a sua leitura, o Presidente da Mesa coloca a mesma à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2; II – 1).-----

A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de terminar, o Presidente da Mesa quis agradecer a presença de todos, bem como à Associação Humanitária dos Bombeiros de Belas a cedência do respetivo salão porque nunca é demais agradecer aos mesmos.-----

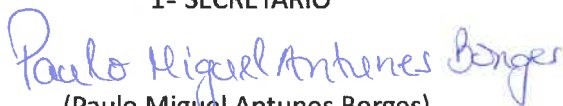
Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, Paulo Miguel Antunes Borges, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, que a presidiu e pelos secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
QUELUZ E BELAS




(Manuel de Campos Frederico)

1º SECRETÁRIO



(Paulo Miguel Antunes Borges)

2º SECRETÁRIO



(Vanessa Diniz João dos Santos Brito)

Ponto 2 – Contrato Interadministrativo entre Município Sintra e UFQB para atribuição de apoio às Freguesias e Uniões de Freguesias**Declaração de Voto**

Mais uma vez a proposta vem incompleta, não apresentado qual o valor a ser protocolado com a Câmara Municipal de Sintra, que de acordo com o aprovado em reunião de câmara corresponde a 25.000,00€.

Este protocolo é a prova que as políticas praticadas pelo PS, dando continuidade às praticadas pelo PSD e CDS, continuam a favorecer os grandes grupos económicos e a concentração de capital sem que resolvam os problemas sociais mais prementes, e que levam ao empobrecimento da população.

Ações deste tipo, são meros cuidados paliativos, que não vão ao cerne dos problemas sociais, perpetuam a pobreza e a falta de poder de compra das famílias.

O que é necessário é uma verdadeira política de valorização do trabalho e dos salários acompanhada de medidas de combate à inflação.

O que é necessário é um verdadeiro combate à precariedade e o aumento dos salários para que as famílias possam fazer frente à inflação e não tenham que escolher entre comer ou pagar a renda da casa.

O que é necessário é um controlo efetivo dos preços dos bens essenciais como forma de combate ao inflacionamento dos preços por parte dos grandes grupos económicos.

O que é necessário é o apoio às micro, pequenas e médias empresas, combatendo os aumentos brutais dos custos, nomeadamente nos custos da energia, custos bancários, mas também nas comunicações e transporte, criando as condições para que, diminuindo esses custos, também estes estejam em melhores condições de poderem valorizar as suas empresas e também aumentar os salários e valorizar os seus trabalhadores.

O que é necessário é travar o aumento das rendas, aumentar a oferta pública de habitação, a partir de imóveis públicos que possam ser destinados a esse fim, cessando a alienação de património público a favor de dinâmicas especulativas.

O que é necessário é defender as famílias com crédito à habitação, adotar medidas que mitiguem a subida de juros e que impeçam despejos na sequência de penhoras ou execução de hipotecas.

São várias as propostas que visam aumentar o Poder de Compra das Famílias e combate à pobreza apresentadas pelo PCP na Assembleia da República que têm sido constantemente chumbadas pelo PS, com o apoio do PSD, IL, PAN e Chega.

Perante a incapacidade de se querer mudar o rumo que o país segue, e que penaliza fortemente famílias, reformados, jovens e pensionistas votaremos favoravelmente esta proposta, cientes que não é por falta de empenho e de apresentação de soluções da parte do PCP que a situação se mantém.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas

Belas, 11 de abril de 2023



Ponto 10 – Primeira Revisão Orçamental e Integração do Saldo de Gerência

Declaração de Voto

Com esta revisão orçamental que acresce 489.061,14€ ao orçamento inicial a Junta de Freguesia fica com um orçamento para 2023 de 3.370.957,14€.

São incorporados 124.186,53€ provenientes do Saldo de Gerência de 2022 e a Junta de Freguesia continua a insistir na manutenção dos exorbitantes valores da Tabela de Taxas sem nenhuma necessidade do ponto de vista financeiro e com enormes impactos financeiros na vida das pessoas, caso do cemitério, caso das taxas cobradas para a obtenção de atestados de residência, usando até a senhora Presidente da Junta o argumento de que se trata de um mecanismo de controlo a eventuais situações menos claras.

Mas esta usurpação do dinheiro dos fregueses tem outros responsáveis, pois desde 2018, quando houve um brutal aumento das taxas, na revisão de 2019 e de 2020, o BE fazendo parte do Executivo sempre aprovou estes aumentos e na Assembleia de Freguesia o PSD, o BE e os Independentes que emanaram das listas CDS e PSD juntaram-se também ao PS para aprovar estas tabelas de taxas, só a CDU votou sempre contra as mesmas.

Quanto à tabela de taxas, não há nada que impeça, este executivo de as baixar 25%, o valor calculado, tendo em conta o orçamento para 2023, é de 54.500,00€ (1,62% do orçamento) e menos de metade do valor do saldo transitado de 2022.

| | Previsto para 2023 |
|--|---------------------|
| Canídeo | 8 000,00 € |
| Cemitério | 8 500,00 € |
| Atestados | 61 500,00 € |
| Cemitérios - Concessão de Jazigos, Ossários e Gavetões | 75 000,00 € |
| Cemitérios - Inumações, Exumações e Transladações | 65 000,00 € |
| Total | 218 000,00 € |
| Redução de 25% das Taxas | 54 500,00 € |
| Percentagem do Orçamento 2023 | 1,62% |
| Percentagem do Saldo Transitado de 2022 | 43,89% |

Voltamos a votar contra, não nos revemos na política traçada para a União de Freguesias, não nos revemos em medidas que são lesivas para os fregueses, não nos revemos num orçamento de mais de 3 milhões de euros que não resolve os problemas das duas Freguesias e das cerca de 55 mil pessoas que aqui vivem.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas

Belas, 11 de abril de 2023